



**A Geografia na contemporaneidade:
as questões territoriais, fronteiriças e
ambientais em debate no Brasil e em
Mato Grosso do Sul**

SEMGEO

III SEMANA DE GEOGRAFIA DA UEMS

CADERNO DE

RESUMOS

III SEMANA DE GEOGRAFIA

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

28 a 30 de novembro de 2012

CADERNO DE RESUMOS

Jardim

ISBN 978-85-99880-31-9



9 788599 880319 >

REITOR

Fábio Edir dos Santos Costa

VICE-REITORA

Eleuza Ferreira Lima

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Silvane Aparecida de Freitas

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Carla Villamaina Centeno

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO, CULTURA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

Edmilson de Souza

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Jelly Makoto Nakagaki

PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL

Adriana Rochas de Carvalho Fruguli Moreira

GERENTE DA UNIDADE DE JARDIM

Sidney Kuerten

COORDENADORA DO CURSO DE GEOGRAFIA

Ana Maria Soares de Oliveira

COMISSÃO CIENTÍFICA

Ana Maria Soares de Oliveira

Cláudia Maria Marinho Américo dos Reis

Eva Faustino da Fonseca de Moura Barbosa

Elvis dos Santos Mattos

Gezeli Eberhard

Marilete Osmari

Patrícia Gressler Groenendal da Costa

Sandra Cristina de Souza

Sidney Kuerten

Vera Lúcia Freitas Marinho

COORDENAÇÃO GERAL

Ana Maria Soares de Oliveira

APRESENTAÇÃO

A III Semana de Geografia da UEMS a se realizar na Cidade de Jardim/MS, no período de 28 a 30 de novembro de 2012, visa promover a discussão no âmbito da Ciência Geográfica e ciências afins acerca de questões que estão em evidência na atualidade, e que carecem de reflexões mais amplas.

A sociedade contemporânea vivencia uma série de conflitos que se expressam no território sob diferentes matizes, seja através das disputas visando mais poder político e econômico, seja por meio da luta pelo acesso a água, por aqueles que não a tem, ou pela monopolização do uso desta por aqueles que detêm o poder econômico, seja por melhor distribuição de terra e renda, por segurança alimentar ou pelo acesso à moradia, no campo e na cidade.

Nesse contexto faz-se importante pensar o global para entender o local, as mazelas vivenciadas pela sociedade, especialmente as camadas menos favorecidas, bem como as estratégias e ações implementadas pelos agentes hegemônicos, sob o discurso do desenvolvimento, cujos rebatimentos se expressam em diferentes escalas.

Partindo desse pressuposto pretendemos fortalecer o debate e socializar reflexões e pesquisas realizadas acerca de aspectos estratégicos, sociais, econômicos e ambientais que envolvem o Brasil e, sobretudo, o estado de Mato Grosso do Sul e suas áreas fronteiriças.

Estamos certos que as palestras, mesas-redondas, mini-cursos e comunicações coordenadas a se realizarem durante a III SEMGEO contribuirão para o bom êxito deste propósito.

SUMÁRIO

O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento e Segurança Alimentar dos Assentamentos: o caso da Cooppsaf em Jardim-MS

Arcilei da Silva Lima
Ana Maria Soares de Oliveira 09

Identificação de Barras Sedimentares no Rio Miranda entre Praia Marly e Ponte Nova, Jardim-MS

Claudenice do C. A. C. P. Martins
Sidney Kuerten 12

Recursos Midiáticos na Educação Básica

Edina Gomes Gil
Ana Maria Soares de Oliveira 18

Considerações sobre a Produção dos Vazios Urbanos na Cidade de Jardim-MS

Igor Ronyel Paredes Gomes
Elvis dos Santos Mattos 21

A Identidade Kinikinau como Máquina de Guerra para a Ocupação e Manutenção Territorial no Mato Grosso Do Sul

João Evaldo Ghizoni Dieterich
Sandra Cristina de Souza 27

Desenvolvimento Econômico de Jardim-MS de 2000 a 2011 e sua Relação com a Qualidade de Vida e Bem Estar Subjetivo

Márcio Bueno
Sandra Cristina de Souza 30

Análise de Fitólitos Presentes em Graminea Bulbostylis Juncooides (Vahl) Kukenth (1931) Coletada na Rppn Buraco das Araras, Jardim MS

Marianne Obregon Peixoto
Sidney Kuerten 33

Considerações a Respeito do Serviço de Mototaxista em Jardim-MS

Marieli Belmonte Moraes
Gezeli Eberhard 38

Uma Análise do Ensino de Geografia nas Escolas do Assentamento Guaicurus e Comunidade Águas do Miranda, no Município de Bonito-MS

Nixon Eduardo Vieira dos Santos
Ana Maria Soares de Oliveira 42

Os Indígenas da Aldeia Cerroy em Guia Lopes da Laguna - MS: a (re) construção da identidade na perspectiva de reprodução da vida

Pedro Antonio Ovelar Garcete

Ana Maria Soares de Oliveira 47

O Cultivo de Eucalyptus (Eucalyptus Citriodora) e os Impactos aos Recursos Hídricos Subterrâneos: estudo de caso em Jardim – MS

Tereza Echeverria Fernandes Moreira

Sidney Kuerten 51

O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO DESENVOLVIMENTO E SEGURANÇA ALIMENTAR DOS ASSENTAMENTOS: O CASO DA COOPPSAF EM JARDIM-MS

Arcilei da Silva Lima – Acadêmico de Geografia/UEMS/Jardim arcy.silva.lima@gmail.com
Ana Maria Soares de Oliveira – Professora de Geografia/UEMS/Jardim
ageo@uems.br

Resumo

O trabalho visa uma análise reflexiva do emprego das políticas públicas e seus efeitos no desenvolvimento (ou não) dos assentamentos do Município de Jardim, bem como as parcerias estabelecidas com a Cooppsaf - Cooperativa de Produção e Serviço da Agricultura Familiar de Jardim/MS, instalada no município com a finalidade de comprar a produção agrícola e repassá-las às instituições tais como: hospital, escolas municipais e estaduais, por exemplo. O objetivo é ainda verificar as contribuições (ou não) que essa parceria entre cooperativa, Estado e município vem proporcionando aos assentados.

Palavras-chave: Políticas públicas. Reforma agrária. Assentamentos. Cooperativa. Produção familiar.

Introdução

A proposta de trabalho tem a seguinte delimitação: será em torno das políticas públicas voltadas para os assentamentos e, de modo particular dos assentados do município de Jardim-MS, bem como o papel da cooperativa Cooppsaf nesse processo. O Ministério de Desenvolvimento Agrário MDA, tem dentro de suas políticas públicas programas de incentivo à produção diversificada de alimentos em parcerias com cooperativas, para que dessa forma os agricultores de base familiar possam melhor se organizar na produção e venda de seus produtos.

Com este propósito foi criado pelo MDA, o Programa de Aquisição Alimentar - PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Tais programas pressupõem a aquisição da produção agrícola de base familiar para subsidiar a alimentação em escolas públicas, creches e outras entidades, de modo a promover a segurança alimentar das pessoas assistidas e melhorar a renda das famílias assentadas.

Os recursos financeiros são de extrema importância para que o agricultor assentado possa ser inserido no processo produtivo, já que na maioria dos casos, faz-se necessário

compensar o solo com fertilizantes, máquinas agrícolas, sementes e assistência técnica entre outras carências.

Neste âmbito, pode-se dizer que há um entrave na aquisição de recursos para financiar sua produção, pois o mesmo passa por um longo processo burocrático, até mesmo porque o assentado recebe a terra já em condições de endividamento, quando tem que pagar pela moradia a ser construída e pelas benfeitorias realizadas no lote, entre outros.

Diante da sua condição de precariedade econômica, da falta de assistência técnica, entre outros fatores, as alternativas buscadas tem sido o trabalho assalariado fora do assentamento, seja em empresas ou fazendas, o arrendamento de parte do lote, a venda ou o completo abandono da terra.

Partindo desses pressupostos, com este projeto focar-se-á o desenvolvimento da produção familiar nos assentamentos de Jardim-MS, sob a perspectiva de atuação da Coopsaf – Cooperativa de Produção e Serviço da Agricultura Familiar de Jardim. Buscar-se-á ainda verificar e analisar as ações do poder público municipal e estadual quanto à viabilização da produção camponesa e sua inserção no mercado. Bem como as condições de produção e de vida dos camponeses assentados, comparando os que estão vinculados a cooperativa e os que não estão.

Metodologia

Para o embasamento teórico-metodológico da temática proposta, a pesquisa tem se pautado em um sistemático levantamento bibliográfico em livros, teses, dissertações e artigos científicos, em sites especializados tais como: MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Portal do Território da Cidadania da Reforma/MS, entre outros.

O trabalho será pautado também em pesquisa de campo a se realizar nos assentamentos do município de Jardim (Guardinha, Recanto do Rio Miranda e Quero-Quero) e cooperativa Coopsaf de Jardim-MS. Serão realizadas entrevistas junto aos camponeses assentados visando apreender o processo de inserção dos mesmos no sistema de viabilização de recursos à produção agrícola junto a cooperativa, visando apreender se a Coopsaf está contribuindo para a melhoria da condição de produção familiar.

Breves Considerações

É importante lembrar que a luta pelo desenvolvimento da reforma agrária e da agricultura familiar no processo produtivo, perpassa pela necessidade de melhorar a condição de vida do camponês, e garantir a segurança alimentar da população. Segundo dados apresentados por Oliveira (2007, p.134), os camponeses são responsáveis por mais de 50% da produção de diversos alimentos, enquanto os grandes mesmo ocupando 283 milhões de hectares 82% do total, não produzem alimentos de forma diversificada, e sim, intensificam a monocultura apenas de alguns produtos do tipo, soja, cana-de-açúcar e milho para fins de exportação.

Nesta perspectiva já é possível perceber o quanto é importante desenvolver estudos no âmbito da viabilização de recursos, técnicas e políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar. Pois os alimentos produzidos por estes é que sustenta o consumo alimentar do país. Se o camponês perder esse espaço no processo de produção agrícola, restará o domínio da agricultura ao latifúndio e as corporações internacionais que tem por finalidade ampliar seu capital com base na monocultura. Dessa forma exercendo o domínio do setor agrícola e do comércio alimentício.

Referências Bibliográficas

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária: Conflitualidade e desenvolvimento Territorial**. 2004. Disponível em:

www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/.../Bernardo_QA.pdf . (Acesso em: 15/10/2012)

GRAZIANO DA SILVA, José. **O Que é Questão Agrária**. Ed. Brasiliense. s/d. p. 8-59.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184pg.

MDA, Ministério de desenvolvimento Agrário. www.mda.com.br

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Atlas da questão Agrária Brasileira**, 2009. Disponível em <http://www.2.fct.unesp.br/nera/Atlas/queatao-agraria.htm>. (Acesso em: 20/10/2013).

IDENTIFICAÇÃO DE BARRAS SEDIMENTARES NO RIO MIRANDA ENTRE PRAIA MARLY E PONTE NOVA, JARDIM-MS

Claudenice do Carmo A. C. P. Martins – Acadêmica de Geografia/ UEMS/ Jardim
claudenice_ayala@hotmail.com

Sidney Kuerten – Professor de Geografia/UEMS/Jardim
sidneykuerten@yahoo.com.br

Resumo

O estudo das características hidrossedimentares dos rios brasileiros ainda é escasso na maior parte da sua rede hidrográfica. Apenas algumas bacias hidrográficas possuem maior quantidade de informações como é o caso da bacia do rio Paraná. Nesse sentido o presente artigo vem trabalhar essa problemática na região de Jardim (MS), visando colaborar através do levantamento de dados e mapeamentos das barras fluviais produzidas pela dinâmica hidrossedimentar do fluxo do alto curso do Rio Miranda. Com essa pesquisa espera-se preencher algumas das lacunas existentes sobre a dinâmica fluvial da bacia do rio Miranda e dessa forma contribuir para o fornecimento de informações necessárias ao planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos locais.

Palavras-chave: Rio Miranda. Dinâmica hidrossedimentar. Barras sedimentares.

Introdução

Os rios são poderosos agentes geomorfológicos capazes de erodir, transportar e depositar sedimentos. Os rios podem depositar sua carga ao longo de seu curso, no entanto, a maior parte do material transportado é depositado nas seções onde o gradiente do canal é baixo, onde há mudanças bruscas no gradiente e na profundidade do canal, bem como na velocidade do escoamento (FLORENZANO, 2008).

Nos rios brasileiros é muito comum encontrar diferentes tipos de depósitos de canal ao longo de seus cursos. No entanto, os estudos sobre a dinâmica hidrossedimentar não é comum na maior parte dos rios brasileiros. Destacam-se os trabalhos produzidos por grupos de pós-graduação no sul e sudeste do país, principalmente no rio Paraná e seus grandes afluentes. No Mato Grosso do Sul o conhecimento sobre a dinâmica fluvial de sua rede hidrográfica é escassa e diante da inexistência de dados este estudo tem por objetivo apresentar algumas características dos depósitos de canal do rio Miranda, um importante afluente da margem esquerda do rio Paraguai.

FRANK et al., 2006, afirma que a maioria das cidades no mundo situa-se à margem de um rio, que são utilizados para irrigação, abastecimento da população, processos produtivos, hidrovia, além de lazer e recreação. A bacia hidrográfica do rio Miranda é uma importante fonte de recursos hídricos para o estado e rio Paraguai. Está inserida numa importante área de

pecuária extensiva produtiva do estado e por isso é alvo de pressão sobre suas margens e vegetação ripária. Talvez, como reflexo dos impactos adjacentes ao canal é possível observar diferentes depósitos ao longo de seu curso.

Os depósitos de barras de pontal de composição arenosa formam-se pela erosão dos sedimentos das margens côncavas, os quais são depositados pelo processo de acrescentamento lateral nas margens convexas dos meandros seguintes (RICCOMINI et al 2008).

Com o objetivo de identificar e caracterizar os depósitos existentes, o presente estudo analisou o segmento do rio Miranda situado entre a “Ponte Nova”, área urbana de Jardim (MS), até a “Praia Marly” (Figura 1).. Para realização desse trabalho foram utilizadas imagens de satélite disponíveis no Google Earth e trabalho de campo para corroborar o trabalho de identificação feito em laboratório.

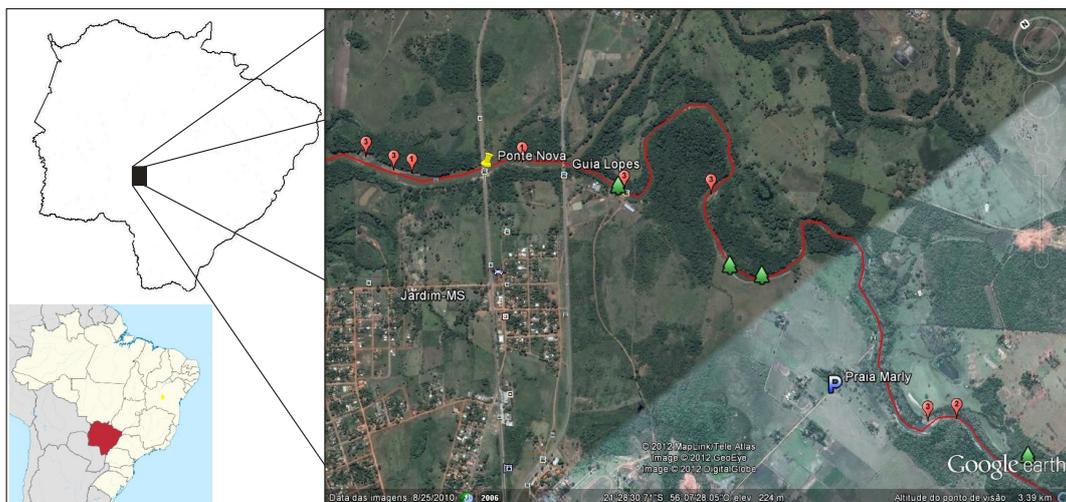


Figura 1- Área pesquisada Ponte Nova até Praia Marly- Jardim-MS

Conhecer a dinâmica fluvial do Rio Miranda permitirá avançar nos estudos da dinâmica hidrossedimentar, uma vez que a existência de barras sedimentares no rio Miranda pode ter sua gênese relacionada ao uso e ocupação da área da bacia hidrográfica, como um reflexo natural da dinâmica fluvial ou decorrente do desequilíbrio entre o uso do recurso hídrico e a exploração da superfície pela ação antrópica.

Esse é um tema pouco trabalhado na geografia física regional e os resultados esperados com esse estudo têm grande importância para subsidiar e apoiar às decisões de planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos com ênfase ao desenvolvimento sustentável. Este estudo permitirá preencher algumas das lacunas existentes sobre a dinâmica hidrossedimentar do alto curso do Rio Miranda.

Materiais e métodos

As barras sedimentares do rio Miranda foram identificadas e mapeadas com o uso de imagens de alta resolução disponíveis no software Google Earth. Após realizar os trabalhos de identificação em laboratório, foi realizada incursão em campo para atestar ou modificar o mapeamento. O trabalho de campo foi realizado no dia 29 de outubro. Nessa data foi possível encontrar baixo nível de água na calha do rio Miranda, situação esta que expôs os depósitos sedimentares comumente submersos em regime de maior vazão. Foram coletadas imagens e amostras dos sedimentos depositados nas barras sedimentares para auxiliar a descrição e caracterização dos depósitos. Uma trena com 50 metros foi utilizada para medir a largura e o comprimento de uma barra em pontal.

Resultados

No trecho analisado do rio Miranda, a montante da “Ponte Nova” até a “praia Marly”, foi identificado diferentes depósitos de canal. Foram identificadas e mapeadas oito diferentes depósitos, sendo 2 barras lateral (1), 1 barra em pontal (2) e 5 barras central (3).

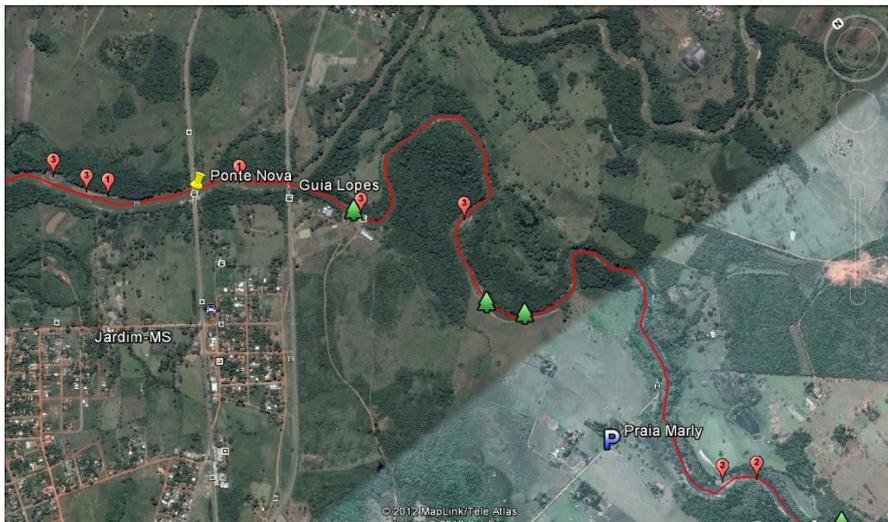


Figura 2- Imagem das barras identificadas.

No entanto, apenas com o uso de imagem de satélite não foi suficiente para realizar este trabalho o que justificou a incursão em campo.

Em campo foi realizada a caracterização de uma barra de pontal, cuja largura é de 12m e o seu comprimento é de 47m (Figura 3). Esse depósito é composto por sedimentos com diferente granulometria, cujo tamanho do material é menor próximo à margem formado por

silte, argila e areia muito fina e aumenta em direção ao talvegue, constituída respectivamente por areia média à grossa, grânulos e seixos de diferentes tamanhos (Figura 4).



Figura 3- Cenas do trabalho de campo com tomada de medidas de barra em pontal.



Figura 4- Granulometria dos sedimentos superficiais presentes na barra em pontal. Da direita para esquerda seqüência de imagens da margem para o canal, onde é possível identificar o aumento da granulometria em direção ao canal

Discussão dos resultados

Durante o mapeamento das barras visíveis pelo Google Earth, foi constatada a ausência de vegetação ripária na margem esquerda do rio Miranda, conforme pode ser observado na (figura 5).



Figura 5- Imagem oblíqua da margem esquerda do rio Miranda onde se constata a ausência de vegetação.

A ausência de mata ciliar é resultante do processo de uso e ocupação do solo, onde a prática da atividade de pecuária extensiva frequentemente utiliza as margens dos canais para a dessedentação dos animais. Essa atividade causa impactos às margens do canal, pois, o gado pisoteia as margens promovendo erosão e compactação do solo local. A retirada da vegetação adjacente ao canal deixa o solo exposto e fragilizado. Durante os períodos chuvosos grande quantidade de solo é carregada pelas enxurradas em sulcos e ravinas formadas ao longo das vertentes. Devido a essa ação antrópica os sedimentos vão se acumulando no canal formando diferentes tipos de barras.

A existência de barras é condicionada principalmente pela redução da velocidade do fluxo que faz com que os sedimentos decantem. Há certos trechos do canal que possuem mais barras do que em outros porque existem outros fatores que podem ser responsáveis pela presença de depósitos. A existência de maior carga de sedimentos em alguns trechos dos canais está associada à carga de sedimentos indiretos gerados pela ação antrópica que tendem a acumular mais facilmente trechos do canal próximos a área fonte.

Conclusão

Através desta pesquisa foi constatada a presença de barras laterais, centrais e de pontal, que são formadas por sedimentos que se encontram a montante da ponte nova, nos trechos onde o fluxo do canal é menos intenso, e, portanto, os sedimentos acabam se depositando dando origem a estas barras. Isso ocorre nos trechos do canal onde se concentra a ação antrópica principalmente (pecuária extensiva) e práticas agrícolas.

As imagens de alta resolução do programa Google Earth foram muito úteis para o início desta análise, pois forneceu um conhecimento prévio da área em estudo, mas não foi suficiente para a confirmação dos depósitos. Portanto, é fundamental que estudos como esse sejam corroborados por incursões em campo para atestar o trabalho realizado em laboratório.

O trabalho a campo foi importante porque através dele pode-se confirmar a presença das barras e suas características, a ausência da vegetação além da ação antrópica. Maiores informações sobre a dinâmica hidrossedimentar do alto curso do rio Miranda serão apresentadas em trabalhos futuros com a conclusão da análise de um trecho maior que abrange da nascente do rio Miranda, junção do rio Roncador com o córrego Fundo, até ponte do rio Miranda limite com Bonito.

Referências Bibliográficas

FLORENZANO, Teresa G. **Geomorfologia conceitos e tecnologias atuais**. (org.). São Paulo, Oficina de Textos, 2008.

PRESS, Frank et al. **Sedimentos e Rochas Sedimentares**, In: Para entender a Terra. Porto Alegre-RS. Ed. Bookman, 2006, 4ª edição.

RICCOMINI, Claudio. GIANNINI, P. C. F. MANCINI, F. **Rios e Processos Aluviais**, In: org. TEIXEIRA, Wilson et AL. Decifrando a Terra São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

RECURSOS MIDIÁTICOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Edina Gomes Gil – Acadêmica de Geografia/UEMS/Jardim
edna_gil2009@hotmail.com

Ana Maria Soares de Oliveira – Professora de Geografia/UEMS/Jardim
ageo@uems.br

Resumo

As mudanças tecnológicas desencadeadas mundialmente nas últimas décadas tem nos colocado diante de novos desafios e novas formas de relacionamentos. Esses aparatos tecnológicos também foram inseridos no meio educacional, desafiando escolas e, conseqüentemente os professores como intermediadores desse novo conhecimento. Com base nesses pressupostos desenvolvemos o trabalho ora apresentado, focando no estudo sobre a inserção dos recursos midiáticos nas escolas estaduais da cidade de Jardim- MS, em decorrência desses avanços tecnológicos. Assim, o objetivo principal foi investigar como esses recursos tecnológicos estão sendo inseridos, apreendidos e trabalhados nessas escolas; como os professores lidam com a tecnologia e as utilizam em suas aulas; bem como a contribuição desses recursos no processo de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Ensino de Geografia. Tecnologias. Educação. Recursos midiáticos. Currículo pedagógico.

1. Algumas Considerações Sobre a Temática em Estudo

Os aparatos tecnológicos foram inseridos no meio educacional como um desafio para as escolas e, conseqüentemente para os professores, que são os intermediadores desse novo conhecimento. De qualquer modo, o uso de diferentes linguagens de mídia na escola pode ser um caminho para promover mudanças de atitudes e de metodologias de trabalho. . Nesse sentido segundo Haetinger

[...] estamos vivendo a maior revolução cultural dos últimos 100 anos, revolução que prioriza o pensar, resgatando o homem como figura essencial para o futuro e o uso adequado das maquinas. Essa revolução do pensar humano privilegia os mais criativos e capazes não só de memorizar os conteúdos abundantes numa sociedade informatizada, mas também capazes de processá-los de forma única e criativa transformando a informação em conhecimento e revolucionando a sociedade (2003, p.12).

Com base nesses pressupostos este trabalho teve como foco o estudo do uso dos recursos midiáticos nas três escolas estaduais da cidade de Jardim- MS. Essas unidades escolares receberam os computadores do programa de informatização da Secretaria de Estado da Educação com o objetivo de promover a acessibilidade dos alunos à informática, e aprimorar o processo de ensino através do uso do computador.

A metodologia adotada para compreender como os professores e alunos estão utilizando e absorvendo os recursos tecnológicos nas escolas e, assim obtermos os resultados aqui apresentados, se pautou na realização de entrevistas e aplicação de questionários junto aos mesmos.

Foram preparados dois questionários diferentes com dez questões objetivas. No questionário dos professores procuramos saber a opinião deles sobre a inserção dos recursos midiáticos; sobre o domínio que esses educadores têm desses aparatos; sobre a frequência e maneira que utilizam a sala de recursos midiáticos em suas praticas de ensino; e qual a importância do uso desses recursos para a aprendizagem dos alunos.

O questionário dos alunos buscou saber a opinião deles sobre o uso dos recursos midiáticos na escola; e se possuem dificuldades para manusear os computadores; se esses aparatos ajudam a compreender melhor os conteúdos trabalhados em sala de aula; e qual disciplina trabalhada na sala de recursos midiáticos eles têm mais afinidades. Também, foram feitas entrevistas com os professores gerenciadores da sala de recursos midiáticos das escolas, visando entender como funciona a sala de recursos midiáticos, e qual a função desses professores na escola.

Como questão inicial, interessou-nos saber como os professores avaliam a inserção dos recursos midiáticos na escola, uma vez que a opção pelo gostar ou não desses aparatos nos dá clareza sobre o uso que esse docente faz de tais recursos tecnológicos e conseqüentemente como se dá sua prática de ensino.

As respostas nos mostraram que os professores de modo geral estão aceitando a inserção dos recursos midiáticos no processo de ensino aprendizado, embora alguns ainda resistam a esse novo aparato. O que nos preocupa é o fato de que os recursos midiáticos estão sendo inseridos e aceitos por boa parte dos professores, mas ainda sem uma clareza quanto à importância do mesmo para obtenção de uma melhor aprendizagem.

Procuramos também saber se os professores dominam os recursos tecnológicos da escola. Neste sentido cabe destacar com base na pesquisa que há docentes que ainda não dominam ou tem dificuldades para manusear os aparatos tecnológicos. Outros utilizam pouco ou não utilizam os aparatos tecnológicos porque não gostam de usar. Fato que se reflete no desenvolvimento da prática de ensino que está sendo desenvolvida nas escolas.

No entanto, faz-se importante salientar que o trabalho didático-pedagógico do professor em sala de aula não deve se pautar somente no uso desses recursos, pois os bons resultados no processo de ensino-aprendizagem decorrem de um conjunto de fatores que vão além do uso de tecnologias.

Quanto aos professores de Geografia cabe dizer que muitos ainda têm dificuldades em manusear os recursos midiáticos, visto que de um universo de sete professores entrevistados das três escolas 30% afirmou não estar preparado para usar os recursos midiáticos, 50% afirmou estar pouco preparado para usar os aparatos tecnológicos, e 20% afirmou estar preparado para usar tais aparatos. Outro aspecto, que nos chama a atenção é o fato de que dentre as disciplinas com as quais os alunos se identificam a Geografia não aparece. O que sugere que o ensino de Geografia não tem contribuído com as aulas na sala de recursos midiáticos. Observando o cotidiano dos professores dessa disciplina e os questionários por eles respondidos, arriscamos dizer que isto talvez esteja relacionado ao fato de os professores de Geografia usar muito pouco esses recursos e/ou por não dominarem os aparatos tecnológicos.

Mediante o exposto acreditamos ser de fundamental importância as escolas (via Secretarias de Educação) oferecerem mais cursos e oficinas sobre o uso dos recursos midiáticos no cotidiano escolar, de modo que os professores possam inovar suas aulas, nas diferentes disciplinas, e assim melhorar suas práticas de ensino.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, M. E. **Proinfo: Informática e formação de professores**, Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância, v 1, Seed, 2000. ALVES, L. G; CENTENO, V. C. et al. **Pensamento e Prática Educacionais: entre clássicos, instituições escolares, educacionais e o mercado**, Campo Grande, MS: Ed. UNIDERP, 2007.

BARBOSA, L. J. et al. **A geografia na sala de aula**, Ed.9, São Paulo 2011.

BEHRENS, M. A; MORAN, J. M; MASETTO, M. T. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**, Campinas SP: Papirus, 2003.

HAETINGER, G. M. **Informática na educação - um olhar criativo**, Instituto Criar Ltda. v 02, 2003.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO DOS VAZIOS URBANOS NA CIDADE DE JARDIM-MS¹

Igor Ronyel Paredes Gomes – Acadêmico de Geografia/UEMS/Jardim
igorrynel_@hotmail.com

Elvis dos Santos Mattos - Professor de Geografia/UEMS/Jardim
elvis.geog@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho discorrerá sobre uma das características da produção do espaço sob a égide do Capitalismo, os vazios urbanos na cidade de Jardim-MS. A cidade enquanto espaço produzido, resultado das relações dialéticas entre o homem e natureza, se mostra enquanto diferentes formas de uso. Tais formas de uso giram em torno da propriedade privada da terra, norma jurídica por meio do qual o Capitalismo, subordinou o valor de uso do espaço a um valor de troca. Deste modo, a terra se tornou uma mercadoria, sendo necessário pagar por ela para usufruir de seus usos. Tal mercadoria tem seu preço determinando principalmente, por sua localização dentro do urbano, e pelos altos preços que alcança, se torna um entrave para uma efetiva e coesa ocupação da cidade, resultando nos vazios urbanos.

Palavras-chave: Produção do espaço. Capitalismo. Cidade. Terra. Vazios urbanos.

Introdução

O espaço da cidade contemporânea é resultado da ação de diferentes agentes sociais. Corrêa (2004) aponta os seguintes agentes como produtores do espaço urbano: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado², e os grupos sociais excluídos³.

Estes diferentes agentes imprimem diferentes interesses sobre a terra/solo urbano. Neste sentido, podemos dividir tais grupos segundo o interesse que imprimem sobre a terra urbana: de um lado temos aqueles que visam a terra segundo o seu valor de uso, ou seja, concebem o solo urbano enquanto espaço necessário para produção de mercadoria (proprietários dos meios de produção) ou espaço necessário para reprodução da vida (os

¹ Este texto é fruto da pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso de Geografia, sob o título “O processo de produção dos vazios urbanos na cidade de Jardim-MS, sob a orientação do Prof. MSc. Elvis dos Santos Mattos, apresentado à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

² Segundo Corrêa, as formas de atuação do Estado podem ser identificadas em três níveis, são eles: federal, estadual e municipal. Entretanto, como ressalta o autor é no nível municipal que sua atuação torna-se mais evidente. Deste modo, a atuação do Estado no âmbito local é mais evidente, sendo portanto, referenciado como Poder Público. (CORRÊA, 2004)

³ O termo excluídos pode ocasionar ambiguidades. Na acepção utilizada por Corrêa, o autor refere-se a excluídos, toda a parcela da população que é excluída de diversos usos do solo urbano, por sua condição de renda, que impede que habitem em locais privilegiados da cidade. Deste modo, referenciar-se-á os grupos sociais excluídos como classes sociais de menor poder aquisitivo.

moradores); por outro lado, temos àqueles que concebem a terra enquanto valor de troca (promotores imobiliários, e os proprietários fundiários), ou seja, visam o solo urbano, como uma mercadoria que tende a se valorizar pelo processo de produção coletivo da cidade. O Poder Público atua como intermediador destes interesses, favorecendo setores restritos dentro do urbano, através das melhorias que implementa em um determinado bairro, e por meio da elaboração de leis. (RODRIGUES, 1988)

Como resultado da ação de tais agentes produtores do espaço estão os vazios urbanos, materializados na paisagem, intercalados no espaço construído. Deste modo, a terra enquanto mercadoria veio agregando um valor decorrente da produção do espaço da cidade, ou seja, da produção de localidades dentro do urbano, alcançando por este processo, preços inacessíveis à parcela considerável da população urbana das cidades. Na mesma via deste processo, as cidades crescem horizontalmente em proporções bem maiores que população urbana para ocupá-las. Tais fatores resultam nos vazios urbanos.

A identificação dos vazios urbanos na paisagem da cidade de Jardim-MS, foi o aporte inicial para o desenvolvimento desta pesquisa, que buscando responder a existência destes espaços, teve sua elaboração fundamentada na condição da terra como mercadoria do sistema de produção capitalista, dos papéis dos agentes produtores do espaço, e do processo de produção do espaço urbano de Jardim. Para dar subsídio a teorização do trabalho, foram feitas pesquisas, na Prefeitura Municipal de Jardim, e na Gerência de Arrecadação da mesma. Alguns documentos sobre os loteamentos implantados em Jardim foram disponibilizados pelo Cartório de 1º Ofício de Bela Vista, referentes ao período em que as documentações ainda eram elaboradas fora do município; auxiliando na análise do processo de produção do espaço da cidade. Buscou-se também, informações em pesquisa de campo que abrangeu um público de 50 pessoas, divididas em dez bairros de Jardim, para entender um pouco da situação das pessoas que ali habitavam. Ainda com relação à pesquisa de campo, esta abrangeu alguns representantes de algumas imobiliárias que atuam/atuavam em Jardim, para entender-se, mesmo que minimamente, suas formas de atuação. Alguns dados foram subsidiados pela utilização do *software* Google Earth, para mensuração de áreas da cidade.

Resultados e discussões

A cidade Jardim-MS apresenta uma característica peculiar às demais cidades brasileiras, os vazios urbanos. Campos Filho (1989) ressalta que em um país de capitalismo periférico, onde o Estado nacional, para favorecer a entrada de investimentos estrangeiros, privilegia ora um ora outro setor da economia, enfraquecendo deste modo as possibilidades de investimentos na poupança por parte do poupador, que acaba orientando suas ações para negócios seguros, como os terrenos urbanos, que valorizam-se constantemente, tornando-se a forma mais segura de investimentos por parte dos poupadores brasileiros. (CAMPOS FILHO, 1989)

Na pesquisa realizada identificou-se que cidade de Jardim-MS possui atualmente cerca de 28% de seu espaço intraurbano parcelado, vazio, somando 3.122 lotes privados⁴. Se considerarmos uma média de cinco habitantes por lote na cidade, teríamos um espaço intraurbano capaz de “abrigar” uma população urbana de 15.600 hab a mais do que a cidade comporta atualmente. Considerando outra possibilidade, de três habitantes por lote em Jardim, teremos um espaço capaz de comportar mais de 9.300 hab. É um número considerável uma vez que a cidade de Jardim seria capaz de abrigar a população urbana da cidade vizinha, Guia Lopes da Laguna, que é de 8.785 habitantes (Censo de 2010).

Há que se ressaltar, que tratamos do espaço intraurbano parcela, ou seja, os lotes/terrenos provenientes de loteamentos. Entretanto, verificamos ainda, através do programa Google Earth, e também por meio de pesquisa de campo, que dos 11 milhões e 500 mil metros quadrados de área do espaço urbano, 2 milhões e 300 mil metros quadrados, são constituídos por glebas e chácaras localizadas dentro do espaço urbano da cidade, o que se tornam um entrave para ocupação coesa da cidade. Os proprietários destes espaços podem submetê-los a algum tipo de cultura para requerer, deste modo, como aponta Ebner (1999), o pagamento do Imposto Rural, que é bem mais baixo que o Imposto Urbano.

Deste modo, estes espaços continuam se valorizando, pois estão prenes de serviços decorrentes da produção coletiva da cidade, podendo o proprietário, extrair lucros substanciais se parcelar tais áreas. (RODRIGUES, 1988)

Aprofundando a pesquisa percebeu-se que desde a produção do núcleo urbano de Jardim, no ano de 1946⁵, até o presente momento, dois períodos foram primordiais para entendermos a existência deste número de vazios na cidade. O primeiro, passado a primeira

⁴ Dados obtidos na Gerência de Arrecadação Municipal de Jardim, no ano de 2011.

⁵ Sobre o histórico da criação da cidade de Jardim, ver: LIMA, Rita Carmem Braga. Jardim a história de uma cidade. Editora Limotype. Ed. Gráfica Bodoquena, Jardim/MS, 2006.

década de existência da cidade, mais especificamente no ano de 1958, é relativo ao maior loteamento implementado. O loteamento Vila Angélica, compreendia 365 hectares, provenientes das terras da Fazenda Jardim, onde foram produzidos 158 quarteirões, os demais ha foram negociados na forma de chácaras, de 1 ou 6 hectares⁶.

Dois pontos podem ser extraídos deste empreendimento, foram criados 1.700 lotes, podendo comportar 5.100 habitantes, sendo a população (urbana e rural) de Jardim em 1960, de 6.061 habitantes⁷, somente o novo loteamento seria capaz de abrigar praticamente toda a população, tanto urbana quanto rural do município, sem levar em conta os demais bairros da cidade (Vila Jardim, Vila Camisão e Vila Major Costa), o que nos leva a intuir que muitos lotes ficaram vagos. O outro ponto a ser analisado, foram as chácaras de 6 hectares que faziam limite a Vila Angélica, os novos loteamentos produzidos na década de 70 e 80, tiveram de contornar estas áreas de chácaras, gerando parte dos grandes vazios urbanos da cidade.

Outro período primordial para entendermos os vazios urbanos da cidade, é referente a década de 80, onde foram produzidos mais de 30 loteamentos em Jardim. Neste período, o tecido urbano expandiu-se consideravelmente, resultando em 1991 quando a população urbana de Jardim somava 17.601 habitantes em 646 ha de área loteada. Procedendo-se a um cálculo de 15 famílias⁸ por hectare e 3 indivíduos por família, chegaremos a uma média de 45 habitantes por hectare. Se distribuirmos os 17.601 habitantes por grupos de 45 famílias por hectares, a cidade de Jardim no período necessitaria ter um tecido urbano com 390 ha para abrigar a população. Deste modo, no ano de 1991, Jardim apresentava 255 ha de área vazia, o que corresponde a 40% do tecido urbano da cidade na época.

Como se verifica, os dois períodos resumidamente analisados, foram os principais períodos de crescimento do tecido urbano de Jardim, que se expandiu, muito mais pela lógica do mercado de terras, que pela necessidade de lotes/terrenos urbanos. O Poder Público se manteve ausente quanto imposições legislativas durante estes períodos, passando a dificultar a abertura de loteamentos, apenas em 1990, por meio da Lei nº 684/90, que ordenava tal prática,

⁶ CARTÓRIO DE 1º OFÍCIO DE BELA VISTA. **Certidão Vintenária: Registro da Vila Angélica**. Bela Vista, 1990.

⁷ Dados obtidos em : <<http://www1.semec.ms.gov.br/bdeweb/>>

⁸ Média de famílias por hectares, considerado por Mascaró 1988 apud Ebner 1999, a média das cidades brasileiras.

impondo ao loteador obrigações quanto as infraestruturas a serem implementadas nos projetos.

Atualmente com 28% do espaço intraurbano de Jardim vazio, o Poder Público aponta algumas diretrizes, disponíveis na Constituição 1988, para fazer valer a função social da propriedade: Parcelamento e Edificação Compulsórios, IPTU Progressivo e Desapropriação Mediante Pagamento de Dívida Pública. Tais ações em conjunto, auxiliam no combate a especulação imobiliária. Porém como poder ser analisado no último documento do Plano Diretor de Jardim⁹, tais diretrizes, serão aplicadas somente nas zonas comerciais, favorecendo a classe dos proprietários dos meios de produção.

Ao agir de tal forma o Poder Público, deixa claro qual setor favorece. Nas demais zonas da cidade, onde se localizam muitos vazios urbanos a prática especulativa continuará a se dar, e a parcela da população que mais precisa de tais diretrizes (74% da população de Jardim¹⁰ é considerada como tendo renda baixa), continuará habitando as áreas mais periféricas da cidade.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Márcia Ajala. **Política de desenvolvimento e estruturação do espaço regional da área da Bodoquena em Mato Grosso do Sul**. Presidente Prudente, 2005. (Tese de Doutorado). Disponível em:

<http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/05/05_MARCIA_AIALA_ALMEIDA.pdf>

Acessado em: 20/06/2012 às 12:00 hs.

CAMPOS FILHO, Cândido Malta. “O processo de urbanização visto do interior das cidades brasileiras”. In: **Cidades Brasileiras: seu controle ou o caos**: Nobel, São Paulo, 1989. p. 45-70.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992. p. 1-55.

CARTÓRIO DE 1º OFÍCIO DE BELA VISTA. **Certidão Vintenária: Registro da Vila Angélica**. Bela Vista, 1990.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2004. p. 1-35.

EBNER, Íris de Almeida Rezende. **A cidade e seus vazios: investigação e proposta para os vazios de Campo Grande**. Campo Grande: Ed. UFMS, 1999.

⁹ Ver: JARDIM, Plano Diretor Participativo: Produto 3, Relatório dos eixos estratégicos, temas prioritários, propostas de zoneamento e instrumentos de estatuto, 2012.

¹⁰ JARDIM, Plano Diretor Participativo: Produto 2, Relatório da leitura da realidade do município, 2011.

JARDIM, **Plano Diretor Participativo**: Produto 3, Relatório dos eixos estratégicos, temas prioritários, propostas de zoneamento e instrumentos de estatuto, 2012. Disponível em: <http://www.vadesign.com.br/plano_diretor/> Acessado em: 10/08/2012 às 08:00 hs.

JARDIM, **Plano Diretor Participativo**: Produto 2, Relatório da leitura da realidade do município, 2011. Disponível em: <http://www.vadesign.com.br/plano_diretor/> Acessado em: 10/12/2011 às 12:00 hs.

JARDIM. Gerência de Arrecadação do Município de Jardim, 2011-2012.

LIMA, Rita Carmem Braga. **Jardim a história de uma cidade**. Editora Limotype. Ed. Gráfica Bodoquena, Jardim/MS, 2006.

RODRIGUES, A.M. Terra como Mercadoria. In: RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1988. cap. 3, p.16-27.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. Hucitec. São Paulo 1988.

SILVA, Rones, Borges. Implantação de loteamentos e segregação socioespacial urbana. **Revista Geográfica de América Central**, 2011. Disponível em: <http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2187> Acessado em: 18/07/2012 às 08:30 h.

A IDENTIDADE KINIKINAU COMO MÁQUINA DE GUERRA PARA A OCUPAÇÃO E MANUTENÇÃO TERRITORIAL NO MATO GROSSO DO SUL

João Evaldo Ghizoni Dieterich – Acadêmico de Geografia/UEMS/Jardim
Sandra Cristina de Souza – Professora de História /UEMS/Jardim

Resumo

O presente trabalho procura desenvolver uma análise sobre a identidade Kinikinau como auxílio na manutenção de seu território, desde sua chegada ao território brasileiro vindos da região do Chaco Paraguai, fato relatado por historiadores durante o século XVII segundo Azara (1809), até a atualidade. O local de sua ocupação original seria próximo a Agaxi, Aquidauana, onde suas casas foram queimadas na década de 1920. Segundo relatos em 13 de junho de 1940, cinco famílias Kinikinau se mudaram para a terra cedida pela etnia Kadwéu, que é conhecida como Aldeia São João, aldeia esta que concentra a maior quantidade de indivíduos de tal etnia, cuja população atual é de cerca de 500 pessoas entre Kinikinau, Terena e não índios. Procuramos compreender como a identidade funcionou como Máquina de Guerra, conforme conceitua Deleuze e Guattari (1997) para a manutenção de seu território, que no caso dos Kinikinau podemos considerar como flutuante, de acordo com a definição de Maffesoli (2001).

Palavras-chave: Identidade. Território. Máquina de Guerra.

Introdução

Os Kinikinau são um subgrupo da nação Guaná residentes na aldeia São João, que se localiza próxima à cidade de Bonito, numa área de terras sob o domínio da etnia Kadwéu, fato que ocorre devido à falta de terras tradicionais, o que causa uma disseminação desta população para outras aldeias¹¹ do Estado, causando atritos interétnicos. Perante esta realidade buscamos compreender como a Identidade serviu como Máquina de Guerra para a manutenção territorial, bem como perfazer o histórico da territorialidade dos mesmos.

Como defende Haesbaert (2005) “[...] as sociedades tradicionais conjugavam a construção material “funcional” do território como abrigo e base de ‘recursos’ com uma profunda identificação que recheava o espaço de referentes simbólicos fundamentais à manutenção de sua cultura.” O território para essa sociedade é importante tanto para sua sobrevivência física como cultural, demonstrando a importância da recuperação da área tradicional deste povo para a manutenção de sua identidade e de sua existência étnica. Souza e Silva (2003) também percebem “o território como meio básico de produção, mas também sustentáculo da identidade étnica”. Porém, até o momento, não receberam atenção devida do poder público, não sendo feito nenhum levantamento ou estudo sobre o território de direito

¹¹ São exemplos: Lalima, Cachoerinha, Argola, Babaçu.

deste povo. A análise da questão da territorialidade e da desterritorialização foram realizadas a partir das teses de Rogério Haesbaert, que afirma que “Não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo tempo inseri-los num determinado contexto geográfico, ‘territorial’”. O autor aponta formas de discutir a questão da desterritorialização e territorialização de povos excluídos.

O Território Flutuante foi trabalhado segundo a visão de Michel Maffesoli (2001) é “[...] um território que não predispõe as coisas estabelecidas com seu cortejo de certezas e de hábitos [...]”, sendo assim pode se constituir em um “território” de hábitos e cultura próprios a cada sociedade. Para a análise do território Kinikinau, este conceito contribui à medida que demonstra que para ser um território não há necessidade de prender-se à ocupação do espaço físico somente, mas sim, de como o território é utilizado culturalmente por um povo. Dessa forma, todos os espaços ocupados pelos Kinikinau, seja no Chaco Paraguai, seja em Agaxi ou dentro do território Kadwéu ou Terena, são territórios Kinikinau.

Durante as análises, percebemos que a identidade Kinikinau auxiliou na manutenção deste território, mesmo que flutuante, conforme definimos. Para compreender a ação da identidade nesta manutenção do território, utilizamos o conceito de máquina de guerra de Deleuze e Guattari (1997), pois, como entendemos, a máquina de guerra compreende todo um complexo ligado as mais diversas áreas sociais que condicionam o desenvolvimento de setores do aparelho do Estado que se relaciona diretamente com o poderio bélico ou militar da sociedade, ou ainda, a aspectos que alguns povos venham a utilizar como forma de resistência a fatores impostos pelo Estado ou Sociedade e que para eles são degradantes.

Durante as entrevistas e a observação participante, buscamos compreender a cosmografia deste povo e sua perspectiva sobre suas condições de sobrevivência sem um território próprio.

Finalizamos esta análise, convencidos de que a identidade Kinikinau serviu e serve como principal instrumento nesta luta pelo território tradicional e que ela sempre esteve a frente deste povo, concretizando-se como máquina de guerra, para assegurar seus direitos. Estamos convictos de que o movimento de luta pelo direito ao território está em seu início, possuindo bases firmes para a sua concretização, pois, apesar de todos os percalços, o sentimento de pertencimento deste povo em relação a sua etnia nunca morreu e hoje está mais ativo do que nunca. Alterando desta forma a sua situação histórica, deixando de serem indivíduos passivos nesta e aceitando as imposições dos demais, para finalmente se tornarem ativos e assumirem a direção de seu futuro, buscando construir o mesmo, de maneira que possam ter suas necessidades e objetivos conquistados, assegurando assim, as futuras

gerações as condições de desenvolvimento sócio territorial que foi negado às gerações anteriores.

Referências Bibliográficas

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. São Paulo. Editora 34. Vol. 05. 1997.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: RJ. Bertrand Brasil. 2004. 400 p.

LITTLE, P. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais e o Brasil: Por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropologia. UNB. Brasília. 2002. 32 p.

MAFFESOLI, M. **Sobre o nomadismo: vagabundagens pós-modernas**. Trad. Marcos de Castro. Record. Rio de Janeiro. 2001.

SILVA. G. J. da; SOUZA. J. L. de. **O despertar da Fênix: a educação escolar como espaço de afirmação da identidade étnica Kinikinau em Mato Grosso do Sul**. Sociedade e Cultura. Vol. 6, n. 2, p. 2003. 199-208.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE JARDIM-MS DE 2000 A 2011 E SUA RELAÇÃO COM A QUALIDADE DE VIDA E BEM ESTAR SUBJETIVO

Márcio Bueno – Graduando de Geografia/UEMS/Jardim
marciobueno_uems@yahoo.com.br
malinha23@hotmail.com

Sandra Cristina de Souza – professora da UEMS/Jardim

Resumo

Esse projeto tem como principal objetivo compreender o desenvolvimento econômico de Jardim-MS nos últimos dez anos através do modelo insumo-produto, onde serão analisados os índices de desenvolvimento econômico como investimentos públicos em saúde, educação, saneamento, cultura e renda per capita, identificar quais avanços e regressos houve nos índices por amostra, através do referencial teórico e as bases de dados constantes no IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), no Censo Agropecuário, Censo demográfico e PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio) para o período. Verificar e comparar com os resultados com índices nacionais de PNB (Produto Nacional Bruto). Relacionar os resultados com índices de satisfação e qualidade de vida.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Qualidade de vida. Bem estar.

Introdução

O presente trabalho situa-se no campo de estudos da geografia econômica e da sociologia, e pretende analisar o desenvolvimento econômico de Jardim no recorte temporal de dez anos (2000-2011) através da matriz insumo-produto, que segundo Carvalheiro (1998) é o instrumento de contabilidade social que permite conhecer os fluxos de bens e serviços produzidos em cada setor da economia, destinados a servir de insumos a outros setores e para atender a demanda final. Comparar os números obtidos com números nacionais e globais de desenvolvimento, a compreensão do desenvolvimento social e econômico de Jardim e sua relação com a qualidade de vida é o que pretendemos.

Segundo Viana (2009) desenvolvimento econômico é determinado por fatores exógenos, tais como o crescimento populacional e o progresso tecnológico.

Crescimento econômico e desenvolvimento ocorrem de maneira concentrada em determinadas regiões, principalmente naquelas que possuem uma maior proporção de fatores condicionantes para o crescimento (VIANA, 2009).

Considerando esses fatores buscaremos em várias fontes os dados em relação ao município de Jardim a fim de compreender o seu desenvolvimento econômico e social.

Hoje a preocupação com a satisfação e qualidade de vida tomou espaço entre tantas outras discussões no meio científico social. Para Bauman (2008) os níveis de desenvolvimento de uma sociedade não influenciariam a satisfação e o bem estar subjetivo, pelo contrario, a ação do capitalismo através do consumismo, seria uma das razões do chamado “mal do estar da pós- modernidade”(O mal estar da pós-modernidade, 1997), logo seria imprudente afirmar que desenvolvimento econômico traria bem estar social.

Quanto menos for possível oferecer a outras pessoas bens do primeiro tipo que o dinheiro não pode comprar, ou quanto menos houver disposição para cooperar com outros em sua produção (a disposição para cooperar é freqüentemente saudada como o bem mais satisfatório que se pode oferecer), mais profundos serão os sentimentos de culpa e infelicidade resultantes. O desejo de compensar e redimir a culpa impulsiona o pecador a buscar substitutos compráveis mais caros para, aquilo que não é mais oferecido às pessoas com que ele convive, e assim a gastar ainda mais horas longe delas a fim de ganhar mais dinheiro. (BAUMAN, 2008)

Então uma vez com os resultados à mão, pretendemos averiguar os impactos que estes impõem sobre o bem estar social.

Objetivos

- Compreender o desenvolvimento socioeconômico de Jardim-MS, entender como estes resultados refletem no bem estar social nos últimos dez anos 2000-2011.
- Verificar como interferiram se os recursos naturais e os investimentos públicos municipais em saúde, saneamento, educação e cultura no desenvolvimento local de Jardim-MS.
- Identificar quais os reflexos deste desenvolvimento (se houver) na qualidade de vida de Jardim-MS.

Metodologia

A proposta de uma análise das conexões entre os setores do desenvolvimento regional será desenvolvida pela metodologia insumo-produto.

Os dados para análise serão coletados pelos institutos governamentais de indicadores como: IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio) e dados obtidos na SEMAC (Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia). E por pesquisa direta, utilizando a escala de satisfação desenvolvida pelo psicólogo norte americano Edward Diener, que aponta o nível de satisfação pessoal. Onde possam ser obtidos:

- A renda per capita: Censo demográfico/IBGE para o período de 2000-2001.
- O Investimento municipal em: educação, cultura, saúde e saneamento per capita. Esses dados serão coletados, cotejados com a bibliografia pertinente à temática e textos teóricos sobre o crescimento econômico, logo após serão comparado com índices nacionais.
- Índices de satisfação pessoal.

Logo após todos os dados serão relacionados culminando com a elaboração de um texto final.

Referências Bibliográficas

CARVALHEIRO, N. (1998), Observações sobre a elaboração da matriz de insumo-produto. *Pesquisa & debate*, SP, volume 9, número 2 (14), p. 139-157.

VIANA, Geosmar (2009). “Capital humano e crescimento econômico: o caso da economia paranaense no início do século XXI”. *Dissertação de mestrado*. Toledo – PR: Universidade Estadual do Paraná.

BAUMAN, Zygmunt. **A arte da vida**. Rio de Janeiro. RJ: Jorge Zahar Ed. Ltda, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro, RJ, Jorge Zahar Ed. Ltda, 1998.

**ANÁLISE DE FITÓLITOS PRESENTES EM GRAMINEA *BULBOSTYLIS*
JUNCOIDES (VAHL) KUKENTH (1931) COLETADA NA RPPN BURACO DAS
ARARAS, JARDIM MS**

Marianne Obregon Peixoto – Acadêmico de Geografia/UEMS/Jardim
marianne_peixoto@yahoo.com.br

Sidney Kuerten – Professor de Geografia/UEMS/Jardim
sidneykuerten@uems.com

Resumo

Mudanças climáticas e ambientais são temas cada vez mais comuns no meio científico, acadêmico e social. No entanto, ainda é pequeno o arcabouço de conhecimentos relacionados às mudanças pretéritas do Brasil, em especial a região centro-oeste. A história do Holoceno ainda está sendo escrita e o conhecimento das mudanças ambientais é incipiente e fragmentado. Dentre as ferramentas utilizadas para estes estudos os indicadores *proxy* possuem elevado teor de referencia a reconstrução de cenários ambientais e climáticos. Os resultados obtidos auxiliarão novos trabalhos de reconstruções paleoambientais de áreas ocupadas pelo cerrado em estudos futuros, cuja presença da espécie poderá remeter as análises às condições ambientais vigorantes hoje.

Palavra-chave: Fitólitos. Gramíneas. *Cyperaceae*.

Introdução

Os fitólitos são partículas de sílica, um composto químico cristalino amorfo, que se acumula em torno ou dentro das células dos tecidos vegetais, cuja principal função é dar sustentação as gramíneas (TWISS, 2001; MEDEANIC et al., 2008).

O estudo dos fitólitos preservados em sedimentos permite reconstituir paleoambientes, pois estes indicadores *proxy* remetem informações sobre a vegetação que os formou e, por conseguinte as condições ambientais na qual a planta se desenvolveram. A análise dos fitólitos fornece morfologias únicas para cada espécie de vegetal, podendo assim ser utilizados na identificação das plantas produtoras, podendo chegar à classificação dos organismos e às vezes ao gênero (RASBOLD et al., 2010).

Segundo Costa et al. (2010), os fitólitos podem ser preservados em sedimentos devido à decomposição ou queima de plantas depositadas naturalmente. Dessa forma a identificação de fitólitos preservados em sedimentos permite respostas positivas sobre paleovegetações, o que a constitui uma importante ferramenta para reconstituição de condições paleoambientais e paleoclimáticas.

O uso de fitólitos como indicador *proxy* tem apresentado sucesso em estudos de reconstruções paleoambientais e paleobotânicas por várias partes do mundo, mas no Brasil seu uso ainda é limitado, pois as descrições morfológicas de plantas atuais são escassas.

. Nesse sentido o presente estudo teve por objetivo identificar e descrever características morfológicas de fitólitos de gramínea coletada no bioma cerrado do Estado de Mato Grosso do Sul, especificamente em Jardim MS, ampliando assim a coleção de descrições morfológicas de fitólitos atuais do Brasil. Diante da carência de descrições morfológicas de fitólitos de espécies naturais do cerrado este estudo possibilitará determinar as principais formas de fitólitos da espécie cyperaceae existente no Mato Grosso do Sul, associando as condições ambientais atuais vigentes no local em que as plantas ocorrem.

Material e Métodos

Coleta das plantas

A espécie foi coletada na RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural), Buraco das Araras, distante aproximadamente 36 km da sede municipal de Jardim, MS, em trabalho de campo realizado em dezembro de 2011.

Nesta etapa foram coletadas cinco (5) duplicadas de diferentes espécies de gramíneas que possuíam no momento da coleta estrutura vegetal completa, ou seja, com frutos e espiguetas, que necessárias para a identificação em herbário, porém houve algumas dificuldades neste processo, devido à falta de equipamentos estas amostras foram enviadas ao herbário da UTFPR de Campo Mourão (PR), para identificação.

Tratamento químico

Após a realização da coleta das espécies, cada exemplar foi preparado para prensagem em estufa. As raízes foram limpas e os exemplares foram distribuídos em folhas de papel e papelão e presos em armações de madeira com amarras para realização de prensa com desidratação.

As espécies foram enviadas para identificação no herbário da UTFPR de Campo Mourão, PR. Duplicatas das espécies foram inicialmente processadas no laboratório de biologia da Unidade Universitária de Jardim. Cada amostra foi triturada e secada em estufa conforme a metodologia proposta por Medeanic et al. (2007; 2008) e Rasbold et al. (2010)

que compreende as seguintes etapas: inicialmente separar pequenas porções de tecido vegetal da espiguetta, bráctea, caule, bainha, rizoma, raízes adventícias, na seqüência o tecido vegetal será fervido em ácido nítrico 65%; as amostras serão lavadas em água destilada com auxílio de centrifugação; serão pingadas duas gotas do material produzido em lâminas que posteriormente foram secas em chapa aquecedora; após secarem, as lâminas foram cobertas com Bálsamo do Canadá e lamínula.

As identificações e caracterizações foram realizadas em microscópio óptico com aumento de 40x. Microfotografias também foram obtidas com este aumento. As identificações das formas de fitólitos foram preservados na língua inglesa devido ao Código Internacional de Nomenclatura de Fitólitos por não haver consenso na tradução dos mesmos. As identificações morfológicas foram baseadas em bibliografia específica como os trabalhos Rasbold et al. (2010), Medeanic et al. (2007, 2008) e Lu et al. (2007) e (ICPN 1.0).

A contagem dos fitólitos presentes nas lâminas foi realizada em microscópio biológico sob aumento de 40x.

Resultados e Discussões

Para este trabalho foram preparadas amostras da espécie *Bulbostylis juncoides* (Vahl) Kükenth (1931), A espécie *Bulbostylis juncoides* (Vahl) Kükenth. Hábitat: dunas, campo seco de restinga, campo com aforamento rochoso. Status: espécie facilmente encontrada nas dunas da Praia de Fora e nos aforamentos dos morros. Observações: *B. juncoides* caracteriza-se pela inflorescência capitada no ápice do colmo e pelo aquênio transversalmente rugoso. Segundo Adams (1994) e Kral (1998) a espécie apresenta inflorescência em umbela ou antela. Entretanto, Prata (2004) descreveu a espécie como apresentando uma única inflorescência capitada, semi-esférica no ápice do colmo. Diante desta discordância entre os referidos autores, optou-se por seguir a circunscrição adotada por Prata (2004), visto que esta autora indicou em seu trabalho que observou o material tipo da referida espécie (Trevisan *et al* 2008).

As formas predominantes na *B. juncoides* são apresentadas na figura 1. A espiga mostrou predominância de formas de *Trapeziform polylobate* e *Elongate psilate* apresentou também fitólitos *Cylindric sulcate tracheid*; e de forma *Bilobate short cell* de forma raríssima apresentou forma de *Echinate*.

No caule há abundância de *Trapeziform polylobate*, entretanto é freqüente a presença de fitólitos *Elongate*, já em menor escala também encontradas as formas de *Bilobate short cell* e *Echinate*.

Na folha ocorre abundância de fitólitos *Trapeziform polylobate*, e com maior freqüência de fitólitos *Elongate psilate*. De forma rara encontra-se *Bilobate short cell* e fitólitos de forma *Cylindric sulcate tracheid*.

A espiga mostrou abundância de *Trapeziform Polylobate* e *Elongate psilate*, também foram encontradas de maneira rara e raríssima *Bilobate short cell* e *Echinate*.

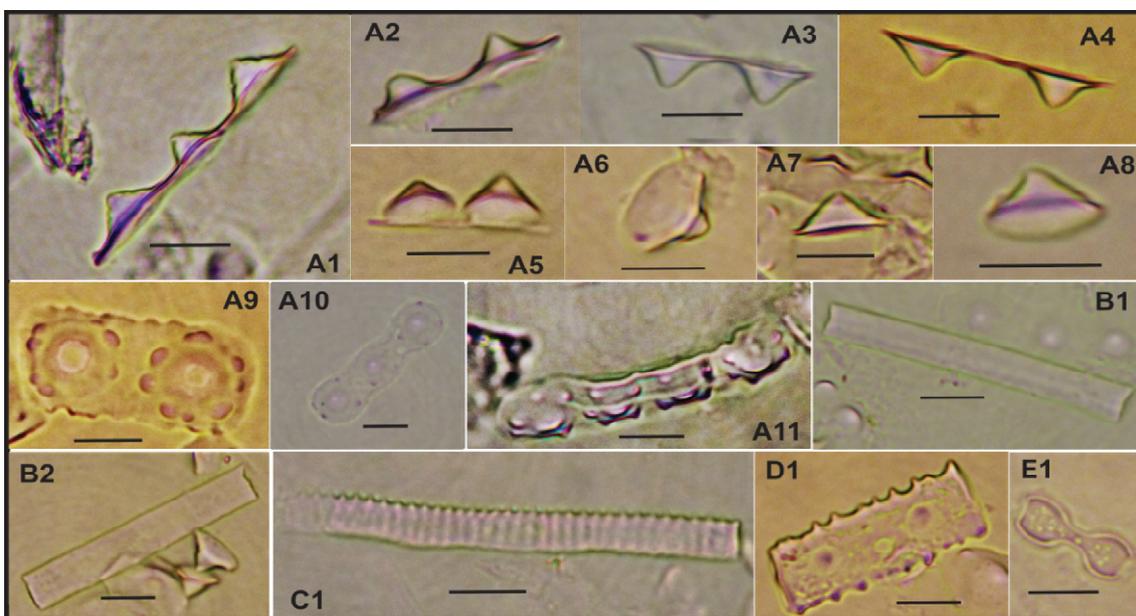


Figura 1 – Fitólitos encontrados na raiz, caule, folha e panícula de *Bulbostylis juncooides* (Cyperaceae). A1-A8. *Echinate*; A11. *Central echinate*; B1-B2. *Elongate psilate*; C1. *Cylindric sulcate tracheid*; D1. *Trapeziform polylobate*; E1. *Bilobate short cell*. Barras=12,5 µm.

No caule houve abundância de *Trapeziform polylobate*, maior freqüência de fitólitos *Elongate psilate*, de forma rara encontra-se a *Echinate* e *Bilobate short cell*, com menores índices são encontrados também formas de *Echinate*, porém de maneira raríssima.

Conclusões

A maior quantidade e diversidade de fitólitos foram encontradas na raiz, caule tendo destaque às formas de *Trapeziform Polylobate* e *Elongate*, entretanto percebe-se que as menores quantidades foram encontradas na folha e na espiga destacando os *Bilobate short cell*, *Echinate* e fitólitos de forma *Cylindric sulcate tracheid*. A identificação das formas de

fitólitos encontradas na espécie estuda permitirão realização correção e interpretação dos depósitos sedimentares existentes no Brasil.

Referências Bibliográficas

COSTA, M. L.; MOREAU, S. S. M. A.; MOREAU, S. M. 2010. **Estabilidade da Sílica Biogênica Extraída de Capim Jaraguá (*Hyparrhenia Rufa*) em Solução de NaOH.** Química Nova, v. 33, n. 8. p. 1658-1663.

LESPCH, F. I.; PAULA, A. M. L. 2006. **Fitólitos em Solos sob Cerradões do Triângulo Mineiro; Relações com Atributos e Silício Absorvido.** Caminhos da Geografia, Uberlândia, v. 06 n. 19 p. 185-190.

LU, H. Y.; Wu, N. Q.; LIU, K. B.; Jiang, H.; LIU, T. S. 2007. **Phytoliths as Quantitative Indicators for the Reconstruction of Past Environmental Conditions in China II: Palaeoenvironmental Reconstruction in the Loess Plateau.** Quaternary Science Reviews, v. 26, n. 5, p. 759 – 772.

MEDEANIC, S.; DILLENBURG, S. R.; WESCHENFELDER, J. 2007. **Palinomorfos nos sedimentos de fundo de laguna dos Patos, RS: Aplicação nas reconstruções paleoambientais.** Gravel, v. 5, n.1, p. 89-102.

MEDEANIC, S.; CORDAZZO, C. V.; CORRÊA, I. C. S.; MIRLEAN, N. 2008. **Os Fitólitos em Gramíneas de Dunas do Extremo Sul do Brasil: Variabilidade Morfológica e Importância nas Reconstruções Paleoambientais Costeiras.** Gravel, v. 6, n. 2, p. 1 – 14.

RASBOLD, G. G.; PAROLIN, M.; CAXAMBU, M. G. 2010. **Avaliação das formas de fitólitos presentes em *Cyperus Giganteus Vahl* (Cyperaceae).** Disponível em: http://www.fecilcam.br/nupem/anais_v_epct/PDF/ciencias_exatas

Revista Brasileira de Biociências, Porto Alegre, v. 6, n. 3, p. 217-244, jul./set. 2008. **A família Cyperaceae no Parque Estadual de Itapuã Viamão, Rio Grande do Sul, Brasil.** Disponível em: <http://www.ufrgs.br/seerbio/ojs/index.php/rbb/article/view/931>

TWISS, P. C. 2001. A Curmudgeon's view of Grass phytolithology. In: Meunier, J. D & Colin, F. (eds) **Phytoliths: Application in Earth Sciences and Human History.** Taylor & Francis, P. 7-26.

CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DO SERVIÇO DE MOTOTAXISTA EM JARDIM -MS (2011/2012)

Marieli Belmonte Moraes - Acadêmico de Geografia/UEMS/Jardim.
Gezeli Eberhard - Professora de Geografia/UEMS/Jardim

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo a realização de um estudo cuja temática esta voltada para análise do serviço de mototaxista no município de Jardim - MS, as implicações deste projeto são sobre aqueles trabalhadores que por terem se encontrado excluídos do mercado formal de trabalho passaram a buscar na informalidade a realização profissional e a prestar serviços como mototaxista. Com o levantamento de dados permitirá compreender os motivos que levaram esse grupo de trabalhadores a atuarem no setor de transporte de passageiros, dando ênfase no transporte coletivo da cidade e assim identificar os reflexos que essa modalidade de trabalho implica na geração de renda por parte desses 49 trabalhadores cadastrados e credenciados pela Prefeitura Municipal de Jardim-MS.

Palavras-chave: Informalidade. Transporte Coletivo. Trabalhadores Mototaxistas.

O presente trabalho tem por objetivo a realização de um estudo cuja temática está voltada para análise do serviço de mototaxista no município de Jardim - MS, as implicações deste projeto são sobre aqueles trabalhadores que por terem se encontrado excluídos do mercado formal de trabalho passaram a buscar na informalidade a realização profissional e a prestar serviços como mototaxista. Com o levantamento de dados permitirá compreender os motivos que levaram esse grupo de trabalhadores a atuarem no setor de transporte de passageiros, dando ênfase no transporte coletivo da cidade e assim identificar os reflexos que essa modalidade de trabalho implica na geração de renda por parte desses 49 trabalhadores cadastrados e credenciados pela Prefeitura Municipal de Jardim-MS.

No mundo atual a falta de bons empregos que pague e ofereçam benefícios e estabilidade, perspectiva de carreira, segurança contra acidentes, enfermidades, velhice e morte – é sentido em todo o globo, sendo o país desenvolvido ou subdesenvolvido (MALAGUTI, 2000).

A reorganização econômica, no século XIX se caracterizou pelo processo de globalização, provocando alterações nas estruturas produtivas da economia brasileira e, conseqüentemente, mudanças no mercado de trabalho. Essas mudanças refletiram-se nas características setoriais de emprego, trazendo uma grande preocupação quanto às relações de trabalho e à crescente taxa de desemprego. A reorientação do modelo de desenvolvimento,

que transitava de proteção ao setor industrial para uma economia aberta e a consolidação da moeda, a partir de 1990, originou profundas mudanças no mercado de trabalho brasileiro.

Sendo assim é importante destacar que há duas distintas classes, as dos trabalhadores formais e a dos informais. Se uma pessoa trabalha em uma empresa, tanto patrões como empregados, podem ter o mesmo status, o de trabalhador formal. Da mesma forma, donas-de-casa, artesãos, costureiras e várias outras categorias de trabalho por conta própria, são os informais. Sendo mais específicos os trabalhadores assalariados seriam aqueles que possuem a força de trabalho, mas não possuem os meios de produção. Os trabalhadores informais seriam os que possuem a força de trabalho e os meios de produção (MALAGUTI, 2000).

As cidades que apresentam carências de políticas sociais estão mais propícias ao aparecimento de diversas atividades informais, principalmente as advindas da situação de exclusão social. O mototaxismo é uma delas, na esfera dos transportes públicos urbanos, que surgiu a partir das precariedades de um planejamento urbano adequado. Com isso pode afirmar que o Estado deve intervir mais na sociedade, para contornar suas deficiências, no âmbito dos meios de transportes e atender maior número de indivíduos. O surgimento de atividades informais não foge desse impacto do sistema capitalista atual. Mas há fatores mais específicos que se pode mencionar e que tem grande importância na organização e na circulação das cidades há a dificuldade de acessibilidade aos meios de transportes coletivos, os quais não atendem de forma qualitativa tampouco quantitativa à população, deixando segregados muitos bairros, considerados periféricos.

Consideramos que na cidade de Jardim, o mototaxismo surgiu como alternativa a um transporte coletivo precário, apresentando vantagens como rapidez, flexibilidade de horário e percurso, garantindo acesso a lugares não atendidos por ônibus e vans. Assim o serviço dos mototaxista, apresenta-se, de fato como uma alternativa de trabalho e solução para o desemprego de muitos indivíduos, atendendo em partes a população menos favorecida em questão ao transporte coletivo

Na tentativa de inserirem-se no mundo do trabalho, muitas pessoas envolvem-se em atividades informais, seja como única fonte de renda, seja para complementar o orçamento familiar. A cidade de Jardim vivencia-se a realidade do trabalho desenvolvido por indivíduos que exercem a atividade de mototaxista de modo informal. O serviço de transporte mototaxista é visto como uma alternativa econômica para o usuário de baixa renda, pois é efetuado por um preço acessível, sendo visualizado quando comparamos seu custo com o valor cobrado por taxistas e empresas particulares de frete. A desigualdade de urbanização das

cidades tem impactos significativos no transporte urbano e, sobretudo para a maioria da população, que ainda encontram grandes dificuldades na infraestrutura de transporte coletivo, buscando assim a utilização do meio de transporte mais rápido e que lhe traga mais praticidade, agilidade, conforto e rapidez em sua locomoção para um determinado lugar.

O transporte coletivo designa um meio de transporte nos quais os passageiros não são proprietários, e são servidos por terceiros, podem ser fornecidos tanto por empresas públicas como privadas. Nesse sentido o transporte coletivo é responsável pelo deslocamento de pessoas de um ponto a outra dentro cidade. A AGEPAN atua no Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros em Mato Grosso do Sul, regularizando e fiscalizando os serviços, de titularidade estadual, das operadoras de transporte regular de passageiros, bem como das transportadoras turísticas e vans autorizadas que operam transportando passageiros no Estado. Dentre essas operadoras se encontra o Coletivo da cidade de Jardim, “Coletivo Santo Antonio” a qual de acordo com informações verbais, a empresa atua no município a mais de 30 anos com finalidade de atender a comunidade de Jardim e da cidade de Guia Lopes da Laguna.

No caso da cidade de Jardim-MS, nos últimos 14 anos, aumentou a utilização das motos como meio de transporte, e conseqüentemente a prestação de serviços à comunidade por meio das atividades mototaxista, são 49 profissionais mototaxistas cadastrados e credenciados pela Prefeitura Municipal, na gestão do Prefeito Marcio Campos Monteiro, que sancionou a Lei Municipal N°1.037 na data de 04 de julho de 2001, onde o serviço de transporte se refere ao interesse publico, ficando sujeito às normas estabelecidas e sob responsabilidade da Gerência de Arrecadação através do Núcleo de Trânsito. As localizações fixas dos pontos dos mototaxista estão estrategicamente localizadas no centro comercial da cidade de Jardim, onde possui um grade fluxo de pessoas. Onde em 2009 é que foi aprovado no Senado Federal e sancionado, um projeto que regulamenta a profissão de mototáxista, motoboy e moto frete, a profissão esta regulamentada pela Lei n°12009/09.

Diante da importância que os serviços e conseqüentemente o setor de mototáxista tem tomado na sociedade, nos propomos apreender as questões que envolvem o tema, na cidade de Jardim-MS os serviços se tornam ainda mais relevantes por conta da cidade ter sistema de transporte urbano publico, que possui uma rota definida que não integra todos os bairros, atendendo assim parcialmente a população.

Referências Bibliográficas

- BELOQUE, L. D. **A cor do trabalho informal** – uma perspectiva de análise das atividades “informais”. Tese (Doutorado) em Ciências Sociais. São Paulo, PUC/SP, 2007.
- COELHO, M. S. **A nova onda no transporte urbano: mototáxi** / Modesto Siebra Coelho. - Gráficas e Editoras LCR: Sobral, CE: Edições UVA, 1997 (Coleção novos tempos).
- JAKOBSEN, K. (et alli). (Orgs.). **Mapa do trabalho informal no Brasil**. Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2000.
- _____. **Mapa do Trabalho Informal**. Col. Brasil Urgente. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1996.
- LIMA, J C. **A globalização de precariedade: A informalidade em tempos de trabalho flexível**. Uberlândia: Edufu, 2009.
- KOWARICK, L. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. (2ª ed.).
- MALAGUTI, L. M. **Crítica à razão informal: A imaterialidade do salariado**. São Paulo: Boitempo; Vitória: EDUFES, 2000.
- MACHADO, A. C. C. **CLT interpretada: artigo por artigo, parágrafo. 3ed** .-Barueri, SP, 2012.
- OLIVEIRA, F.; STÉDILE, J. P.; GENOÍNO, J. **Classes sociais em mudança e luta pelo socialismo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. (Seminário Socialismo em discussão).
- PRANDI, R. **O Trabalhador por conta própria sob o capital**. São Paulo: Símbolo, 1978.

UMA ANÁLISE DO ENSINO DE GEOGRAFIA NAS ESCOLAS DO ASSENTAMENTO GUAICURUS E COMUNIDADE ÁGUAS DO MIRANDA, NO MUNICÍPIO DE BONITO-MS

Nixon Eduardo Vieira dos Santos – Acadêmico de Geografia/UEMS/ Jardim
nixonvieiragmail.com. Bolsista de Monitoria.

Ana Maria Soares de Oliveira – Professora de Geografia/UEMS/Jardim
ageo@uems.br

Resumo

O trabalho tem como propósito discutir a realidade da educação e de modo particular do ensino de Geografia nas duas escolas de assentamento e da comunidade existente no município de Bonito- MS, sendo na localidade do assentamento Guaicurus e a outra no Distrito Águas do Miranda. A preocupação em discutir esta temática leva em consideração o fato de que temos dois projetos distintos de educação no campo brasileiro. Um que é predominante e realizado em benefício das relações hegemônicas, e um de caráter popular defendido pelos movimentos sociais e entidades de representação do homem do campo voltado para o atendimento das reais necessidades da população camponesa e, particularmente das famílias assentadas. Trata-se neste último caso, de um projeto que vê a educação como algo intrinsecamente ligado ao processo de desenvolvimento rural. Faz-se importante salientar que a pesquisa terá como foco a verificação do método e das técnicas adotadas pelos professores de geografia das escolas existentes no assentamento Guaicurus e da comunidade de pescadores Águas do Miranda, sendo estes considerados espaços que expressam uma paisagem e uma realidade social, econômica e ambiental peculiar e, muitas vezes diferente do que é demonstrado nos livros didáticos, ou seja, distante da realidade vivida pelos alunos dos assentamentos e comunidades rurais.

Palavras-chave: Assentamentos rurais. Ensino. Geografia. Educação no campo. Educação popular. Conceitos geográficos.

Introdução

O interesse pela pesquisa partiu de uma conversa com a professora orientadora, bem como das aulas de Geografia Agrária e das participações do grupo de estudo por ela ministrado. Como existem um (01) assentamento no município de Bonito, (Guaicurus) e uma (01) comunidade de pescadores (Águas do Miranda) a proposta é investigar e compreender como se dá o ensino de Geografia nas escolas em funcionamento nessas comunidades rurais, tendo em vista ainda não ter sido desenvolvido nenhum trabalho no curso com este enfoque.

Faz-se importante considerar que o campo brasileiro é marcado pelos processos de territorialização e monopolização do capital e, conseqüentemente por relações (des)humanizantes que perpassam pelas desigualdades, pela pobreza rural, pelas disputas territoriais e de classes. Neste contexto, a proposta é apreender o ensino de Geografia na perspectiva educacional freireana¹², a qual concebe o educando como o sujeito de seu

¹² Refere-se à proposta pedagógica de Paulo Freire.

processo de aprendizagem. Uma Geografia capaz de desenvolver e ampliar a “leitura do mundo”, e que leve o aluno a compreender através da realidade vivida, a multiplicidade de relações estabelecidas no espaço geográfico.

Um ensino que possibilite além da construção de uma consciência crítica acerca da realidade vivida, também a capacidade de implementação de ações que conduzam a transformação e, portanto a melhoria das condições de vida da população camponesa.

Metodologia

A temática em estudo será subsidiada teoricamente por um sistemático levantamento bibliográfico em livros, dissertações, teses e artigos científicos. Neste aspecto cabe salientar que serão considerados do ponto de vista teórico-metodológico autores que tratem do ensino de geografia na perspectiva pedagógica de Paulo Freire; uma geografia crítica e dialética que permita aos alunos compreenderem o mundo a partir de seu espaço de vivência e imbricação na multiplicidade de relações sociais, econômicas, políticas e culturais.

Em se tratando da metodologia também serão realizadas pesquisas em *sites* especializados, ou seja, *sites* que relacionados à questão agrária e a educação no campo no Brasil e em Mato Grosso do Sul, tais como: INCRA, MST, MDA, PRONERA, MEC, PRONAF, entre outros.

O trabalho será pautado ainda em pesquisa de campo no assentamento e na comunidade onde houver escolas em funcionamento no assentamento Guaicurus e na comunidade de pescadores Águas do Miranda, no município de Bonito, visando atender aos objetivos propostos. Para isto serão realizadas entrevistas com os coordenadores pedagógicos e, sobretudo com os professores de Geografia dessas escolas, bem como a verificação do material trabalhado e acompanhamento de aulas ministradas, caso os professores autorizem.

Para apreender *se e como* os conteúdos e conceitos geográficos estão sendo aplicados na prática cotidiana dos alunos assentados, também serão realizadas entrevistas com aplicação de questionários juntos aos mesmos.

Quanto aos materiais cabe destacar que no decorrer da pesquisa serão usadas câmeras digitais para registrar as visitas de campo, gravador de voz (para gravar as entrevistas) e computador para a realização de pesquisa documental em sites confiáveis, bem como para a sistematização dos dados e informações e elaboração de artigos, relatórios e texto final.

Resultados e Discussão

Segundo Oliveira (2010, p.3) a discussão em torno dos conceitos de educação no campo, tais como “pedagogia do movimento, escola do campo”, nasceu a partir das demandas dos movimentos sociais de luta pela terra, no que se refere à construção de uma política educacional voltada para os acampamentos e assentamentos de reforma agrária no Brasil. A autora destaca ainda que nesse contexto, “a posse da terra passa a ser condição para se viabilizar um conjunto de outras lutas”, entre as quais se insere a luta por escola e por uma educação que leve em consideração o contexto social, territorial, cultural, econômico e político dos camponeses, especialmente dos acampados e assentados.

Desse modo, ao pensar a educação no campo deve-se considerá-la numa perspectiva contextualizada, ou seja, da sua relevância na “compreensão dos processos políticos e sociais que envolvem a escola do campo”. (OLIVEIRA, 2010, p.3)

Acredita-se que o desafio dessa educação contextualizada no âmbito das escolas de assentamentos e, sobretudo no ensino de geografia está em trabalhar o próprio espaço de vivência dos alunos. Está no fato do professor adotar mecanismos para facilitar o processo de aprendizagem usando os conceitos geográficos (Espaço, Lugar, Paisagem, Território e Região), associando com o meio rural em que essas crianças e adolescentes vivem e trabalham.

Nesse sentido há que se concordar com Costa & Santos (2009, p.2) quando estes afirmam que

[...] O aluno precisa compreender o modo de vida da sociedade contemporânea e o seu cotidiano em particular, considerando a diversidade presente nesses espaços. O saber popular tradicional está fundamentado na experiência pessoal, nos seus próprios conhecimentos individuais, aqueles que partilham com outros da mesma geração e que herda da bagagem cultural acumulada, historicamente, por sua coletividade.

Vê-se, pois, que os autores acima citados trabalham na perspectiva da pedagogia freireana de que o aluno “é o sujeito de seu processo de formação e de desenvolvimento intelectual, afetivo e social” e que nesse processo o professor atua como mediador. (COSTA & SANTOS, 2009, p. 02)

Costa & Santos salientam ainda a necessidade de “formar uma consciência espacial para a prática da cidadania. Consciência espacial como sinônimo de perceber o espaço como um elemento importante de nossa organização social, presente no nosso cotidiano”, e destaca que o aluno (cidadão) formado com esta perspectiva pedagógica, deve

conhecer o mundo em que vive, para transformá-lo, “organizando-se coletivamente na busca, não só dos seus direitos, mas também lutando por uma organização da sociedade mais justa e democrática” (2009, p.4).

Nesse sentido, faz-se importante considerar que em contraposição a educação tradicional aplicada na cidade e no campo, a metodologia de ensino referenciada na educação popular, se apresenta como a mais voltada para a realidade do educando, pois se organiza “em tempo-escola e tempo-comunidade”, e tem uma “proposta político-pedagógica voltada para temas relativos à vida, às lutas e um projeto de desenvolvimento popular sustentável para o Brasil”. (CARVALHO, 2006, p.2).

Desse modo, acredita-se que a valorização da realidade social e espacial vivenciada pelo aluno nos assentamentos de reforma agrária pode proporcionar uma bagagem positiva nas discussões geográficas em sala de aula, bem como na sua vida cotidiana. A própria percepção de espaço e lugar por eles pode ter uma relevante diferença comparada a um aluno do meio urbano.

Considerações Finais

Os estudos destacam que o projeto político pedagógico da educação popular no campo está vinculado aos interesses da agricultura camponesa de base familiar. Todavia, a questão que se coloca é se na prática este projeto se aplica, ou seja, qual o grau de envolvimento e de comprometimento dos educadores com esse projeto? Os professores, especialmente os de geografia, que dão aulas nas escolas dos assentamentos de Bonito estão engajados nessa proposta? Eles possuem origem camponesa ou formação para atuarem de modo diferenciado com os alunos assentados?

Trata-se, pois, de uma pesquisa que se propõe investigar se a educação e, de modo particular o ensino de geografia ministrado nas escolas dos assentamentos Águas do Miranda e Guaicurus, contempla “os saberes, as práticas e as experiências no campo” (OLIVEIRA, 2010, p.4), ou seja, se essa educação possui uma dimensão contextualizada, capaz de contribuir na organização social e produtiva, na participação política e, portanto, na melhoria das condições de vida das famílias assentadas.

Faz-se importante destacar, no entanto, que como se trata de uma pesquisa em fase inicial de investigação, ainda não se dispõe de dados e informações específicas do objeto investigado, que possam ser apresentadas neste trabalho como resultados.

Referências Bibliográficas

COSTA, C. L.; SANTOS, R. J. Ensino de Geografia no Campo: A Importância do Lugar no Processo de Ensino-Aprendizagem. In: **10º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia-ENPEG**. Porto Alegre, ago/set., 2009. Disponível em <http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/GT/GT3/tc3%20%2830%29.pdf> (Último acesso em 08/05/12)

CARVALHO, Sandra M. G. de. **Educação do Campo**: Proneira, uma política pública em construção. 2006. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, 2006. Disponível em: <http://www.encontroobservatorio.unb.br/arquivos/artigos/268> (Último acesso em 24/07)

OLIVEIRA, A. M. Identificando lugares, conhecendo jovens, partilhando experiências: a prática de ensino em geografia na escola do campo. In: **VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural**, Porto de Galinhas, BA, 2010. Disponível em: dialnet.unirioja.es/servlet/fichero_articulo?codigo=3712969 (Último acesso em: 25 de julho e 2012)

OS INDÍGENAS DA ALDEIA CERROY EM GUIA LOPES DA LAGUNA - MS: A (RE) CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NA PERSPECTIVA DE REPRODUÇÃO DA VIDA

Pedro Antonio Ovelar Garcete – Acadêmico de Geografia/UEMS/Jardim
pedrogarcete@hotmail.com

Ana Maria Soares de Oliveira – Professora de Geografia/UEMS/Jardim ageo@uems.br

Resumo

Esta pesquisa teve como propósito a investigação e análise da origem e formação do acampamento (território) dos indígenas Guarani-Kaiowá às margens da rodovia BR 267-MS no município de Guia Lopes da Laguna, bem como a transferência do grupo para a Aldeia Cerroy, criada a partir da doação de uma área de 22 hectares, as margens da mesma rodovia. Neste estudo buscamos, portanto, apreender e compreender o processo de desterritorialização e de (re)territorialização desses indígenas com enfoque na trajetória de vida e nas condições em que os mesmos e suas famílias se encontram após a criação do novo território: a Aldeia Cerroy. Atentamos ainda para o entendimento das transformações identitárias e análise da existência e papel das políticas públicas destinadas a esse grupo, e para a influencia (ou não) destas políticas no processo de produção e reprodução da vida e de (re)construção de identidades.

Palavras-chave: Identidade. Território. Desterritorialização. Reterritorialização. Políticas públicas.

Introdução

O trabalho se pautou em pesquisar o agrupamento de indígenas Guarani-Kaiowá, que viveram acampados às margens da rodovia BR 267, Município de Guia Lopes da Laguna, no período de 1980 a 2008, e a posterior transferência desse povo para a Aldeia Cerroy. Pautou-se ainda em investigar as condições atuais do grupo em seu novo território, atentando para os aspectos sociais, assistenciais e culturais. Como eles se lêem e se vêem dentro do processo de (des)territorialização e de (re)territorialização, especialmente no âmbito étnico-cultural.

A metodologia para a execução desse trabalho foi desenvolvida a partir de levantamento bibliográfico (livros, teses, dissertações e artigos), visando o embasamento teórico; bem como consultas a sites e matérias veiculadas na mídia; coleta de dados junto a órgãos públicos como a FUNAI e entidades de representação dos povos indígenas; consulta a Legislações vigentes sobre os direitos dos povos indígenas. Também se fez necessário efetuar pesquisa de campo na Aldeia Cerroy com realização de entrevistas junto aos indígenas que ali vivem. As entrevistas foram orientadas por um roteiro de questões previamente elaboradas,

além de observação, registros e fotos. Entrevistamos também um ex Secretário Municipal de Educação de Guia Lopes da Laguna, no período de 1997 a 2000, o qual nos disponibilizou um vídeo com registros da década de 2000, que registra a vivência desse povo ainda no acampamento.

1. Do Acampamento à Criação da Aldeia Cerroy

O acampamento de indígenas Guarani-Kaiowá iniciou no ano de 1984, com 13 famílias. As moradias e plantações eram distribuídas em uma extensão de três quilômetros de comprimento, no sentido Guia Lopes da Laguna a Maracajú. Os limites laterais eram as cercas da fazenda e a rodovia, numa largura média de 30 metros. Praticavam a agricultura de subsistência nas terras as margens da rodovia.

Os motivos da escolha do local do acampamento foram os fortes sentimentos de identificação com a natureza do espaço ocupado, considerando as plantas existentes na região utilizadas como medicamentos e alimentos; a possibilidade da caça e também da produção de alimentos através da agricultura. Além disso, seus líderes acalentavam o sonho em reaver o território tradicional dos seus antepassados.

Enquanto viviam no acampamento os índios Guarani-Kaiowá não recebiam ajuda oficial da FUNAI e da FUNASA, e de nenhuma entidade pública ou privada. Isso porque, oficialmente as instituições do Estado, não possuem políticas públicas direcionadas aos índios que vivem fora das aldeias.

A Aldeia Cerroy foi criada em 2008, em uma área de 22 hectares doadas por meio de uma intensa negociação entre o proprietário da Fazenda Santo Onofre, o Ministério Público Federal, a Fundação Nacional do Índio e representantes dos índios Guarani-Kaiowá do acampamento. Com a criação da Aldeia Cerroy passaram a receber assistência da FUNAI, a qual fornece sementes, óleo diesel e cesta básica mensal. Foram também beneficiados com o Programa Nacional de Universalização do Acesso ao Uso de Energia Elétrica, do Governo Federal, conhecido como LUZ PARA TODOS. Além disso, a FUNASA construiu o poço artesiano com caixa d'água e envia mensalmente médico, dentista e remédios para a aldeia. O governo do estado também fornece uma cesta básica a cada dois meses. Na Aldeia Cerroy existem 15 famílias indígenas Guarani-Kaiowá compostas por 58 índios, sendo 32 do sexo masculino e 26 do sexo feminino. Há que se destacar que 19% da população trabalham fora da aldeia em serviços temporários ou diários nas fazendas da região, no plantio de cana-de-açúcar, roçadas de pastagens, catação de pedras das terras aradas, construção de cercas,

mangueiros e casas rurais. A remuneração diária varia entre R\$ 30,00 e R\$ 40,00, sendo que a jornada de trabalho é de 8 a 10 horas. Isto ocorre porque não são todas as famílias que conseguem sobreviver do que produzem na aldeia, necessitando complementar a renda com outras atividades remuneradas.

De 2007 a 2012, a taxa de natalidade da aldeia quase triplicou, com o nascimento de 16 crianças nesse período. Ao investigar esse fato, consideramos que o mesmo se deve a estabilidade obtida pelo grupo com a conquista no novo território. Além disso, a assistência à saúde e nutrição diminuiu o índice de mortalidade infantil. Constatamos que a taxa de filhos nascidos das mulheres na idade reprodutiva é na proporção de três filhos por mulher.

Todavia se esse crescimento demográfico continuar com a mesma proporção a Aldeia Cerroy poderá não comportar o acréscimo no contingente populacional, tendo em vista a falta de terras para todas as famílias. Desse modo, acreditamos que a criação da Aldeia Cerroy resolverá temporariamente os problemas territoriais desse grupo de índios Guarani-Kaiowá.

Considerações Finais

Os índios Guarani-Kaiowá na Aldeia Cerroy focam em primeiro lugar a reprodução material e cultural do seu grupo. Para eles, a (re) construção do território é a expressão da (re) produção da vida como um todo. O novo território recria novas formas de organização familiar, mesmo a aldeia não dando suporte a todas as necessidades materiais e simbólicas de existência dos índios Guarani-Kaiowá.

Ao mesmo tempo em que desejam ser incluídos em programas assistenciais; encontram no trabalho assalariado uma forma de complementação da renda para sustento da família, na perspectiva da reprodução material. Almejam também o resgate da cultura, da tradição e da religião como elementos fundamentais para a consolidação da posse desse novo território visto como o seu *tekoha*, a Aldeia Cerroy.

O processo de (des)(re)territorialização proporciona o sentir de múltiplas territorialidades dentro do mesmo território, no ir e voltar: do trabalho nas fazendas; das crianças e adolescentes na escola da cidade; no assistir televisão: novelas, jornais, e jogos de futebol. Assumem e vivenciam as culturas de “fora” e o contato cotidiano com “o outro” mundo a partir do território da aldeia, na relação do local com o global. Porém, no contato com a língua, cultura, ritual e reza, volta-se para “dentro” do ser Guarani-Kaiowá e conseguem (con)viver dessa forma (re)construindo o seu território.

Frente as novas conjunturas sociais, os índios Guarani-Kaiowá, procuram (re)construir sua identidade inventando, instituindo e desenvolvendo novas redes de convenções e rotinas. Não existem mais uma identidade estável e facilmente reconhecível, de sentimentos e idéias, regras e ornamentos do corpo. Assim, as situações concretas atuais exigem que a identidade étnica, seja (re)construída, (re)criando diferentes modos de ser.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Ana Valéria et al. **Povos Indígenas e as Leis do "Branco": o direito à diferença.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade.** 3ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: O que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade;LACED/Museu Nacional, 2006.

LUTTI, Aline Castilho Crespe. **Acampamentos indígenas e ocupações: novas modalidades de organização e territorialização entre os Guarani e Kaiowá no município de Dourados - MS: (1990-2009)** 2009. Dissertação (Mestrado História). Dourados, MS: UFGD. <http://www.ufgd.edu.br/fch/mestrado-historia/dissertacoes-defendidas> Acessado em 02/04/2012.

O CULTIVO DE *EUCALYPTUS (Eucalyptus citriodora)* E OS IMPACTOS AOS RECURSOS HÍDRICOS SUBTERRÂNEOS: ESTUDO DE CASO EM JARDIM – MS

Tereza Echeverria Fernandes Moreira – Acadêmica de Geografia/UEMS/Jardim
e-mail: terezaemoreira@gmail.com

Sidney Kuerten – Professor de Geografia/UEMS/Jardim
sidneykuerten@yahoo.com.br

Resumo

Este estudo objetivou o monitoramento da variação do nível de água de um poço comum e sua relação com o uso e ocupação da superfície local, decorrentes ou não da influência de uma área com cultivo de eucalipto (*Eucalyptus citriodora*), e seu impacto ao recurso hídrico subterrâneo local. O poço estudado está situado à 7 km do centro da cidade de Jardim, às margens da BR-060, localizado em uma propriedade com 17ha ocupado pelo cultivo de eucalipto. Para a execução deste estudo foram realizadas revisões bibliográficas sobre o tema e coletados dados *in loco* da variação do nível de água do poço comum e precipitação local, por um período de 6 meses entre fevereiro e julho. Os resultados obtidos permitiram observar variações no nível de água do poço ao longo dos meses analisados e aventar os principais fatores que influenciaram na variação do nível de água subterrânea local.

Palavras-chave: Eucalipto. Água Subterrânea. Poço Comum. Superexploração.

Introdução

Diante da importância que o recurso hídrico representa para a sobrevivência humana, este estudo avaliou os impactos aos recursos hídricos subterrâneos decorrentes da influência de uma área de plantação de eucalipto. As análises foram pautadas na variação do nível de água de um poço comum, no uso e ocupação da superfície e na relação do cultivo do eucalipto com a variação do nível freático.

Perante o crescente cultivo de eucalipto no Brasil, no Mato Grosso do Sul e inicialmente no município de Jardim-MS e sua importância como opção de reflorestamento, destacado através da riquíssima fonte de matéria que o cultivo representa como atividade econômica o presente estudo avaliou os impactos desta cultura ao recurso hídrico subterrâneo em escala local.

Um dos aspectos que chamou a atenção para esta área de estudo é o fato da existência de um poço comum à jusante da área cultivada, que vinha apresentando variações no nível de água desde o início do plantio do eucalipto. Devido a preocupação levantada pelo proprietário, aventou-se a hipótese de que o eucalipto seria o responsável pela oscilação do nível de água. Segundo autores como Mora e Garcia (2000), Buckup (2006) e Vital (2007), apresentam que a silvicultura assim como outra atividade econômica, pode gerar impactos tantos positivos como negativos, dependendo das circunstâncias e fatores locais na área de

cultivo. Segundo estes autores em uma região onde o índice pluviométrico é inferior a 400 mm/ano o cultivo irá gerar um impacto negativo ao recurso hídrico subterrâneo, por outro lado em áreas degradadas e em solos com baixo nível de fertilidade, áreas com erosões e áreas de pastagens em boa parte dos casos o plantio gera impactos positivos, com acréscimo de fertilidade ao solo devido a queda das folhas, matéria orgânica (serrapilheira), e redução no processo erosivo, o cultivo ainda protege o solo contra os processos erosivos (eólico e pluvial), aumentando a permeabilidade e a taxa de infiltração de águas pluviais, regularizando o regime hidrológico nas áreas de plantio.

Neste sentido este trabalho objetivou reconhecer quais foram os fatores responsáveis pela variação do nível de água do poço, neste caso, se foi a plantação de eucalipto ou a exploração do recurso hídrico subterrâneo? Com este estudo, destaca-se a importância e uso da ciência geográfica para análise das questões que envolvem a relação do homem como meio que habita e explora.

Inicialmente foram feitas revisões bibliográficas a fim de se obter conhecimento sobre os impactos causados pelo cultivo de eucalipto aos recursos hídricos subterrâneos, com base em literatura científica nacional. Também foi realizada a caracterização física e socioambiental da área estudada. Concomitantemente foram coletados dados morfométricos do poço com o objetivo de dimensionar a sua circunferência, volume e vazão. A coleta do nível de água do poço foi realizada com uma haste de madeira (graduada com espaço de 10 em 10 cm entre cada marcação com destaque a cada metro), e o volume de precipitação pluviométrica ocorrida *in loco* através de pluviômetro. O nível de água do poço existente na área de estudo foi medido com frequência semanal por um período 6 meses, entre fevereiro a julho de 2012. A coleta foi realizada neste período com o objetivo de obter dados entre as estações de chuvas e estiagem.

Uma das questões observadas na propriedade foi o mau uso da água, relatado pelo proprietário Sr. João Dias da Silva. A partir de meados de abril, após esta constatação da extração desmedida da água durante a coleta de dados, houve uma orientação para que o proprietário adotasse maiores cuidados com o problema, bem como os danos que poderiam causar ao abastecimento do poço a médio e longo prazo, uma vez que existindo a continuidade da extração de forma desordenada o poço poderia chegar ao esgotamento total.

A hipótese levantada pelo proprietário de que a plantação de eucalipto estaria afetando o nível freático local, não foi comprovada. Fato este que contesta a ideia de que o eucalipto seca o solo e ou rebaixa o nível freático. Os dados apresentados nas Figuras 1 e 2 corroboram para o esclarecimento do resultado do nível de água no poço a partir do mês de abril, quando

foram tomados os devidos cuidados com extração do recurso, a oscilação foi menor e o nível de água no poço se manteve estável, o que refuta a hipótese que o cultivo seria o responsável pela oscilação no nível de água no poço.

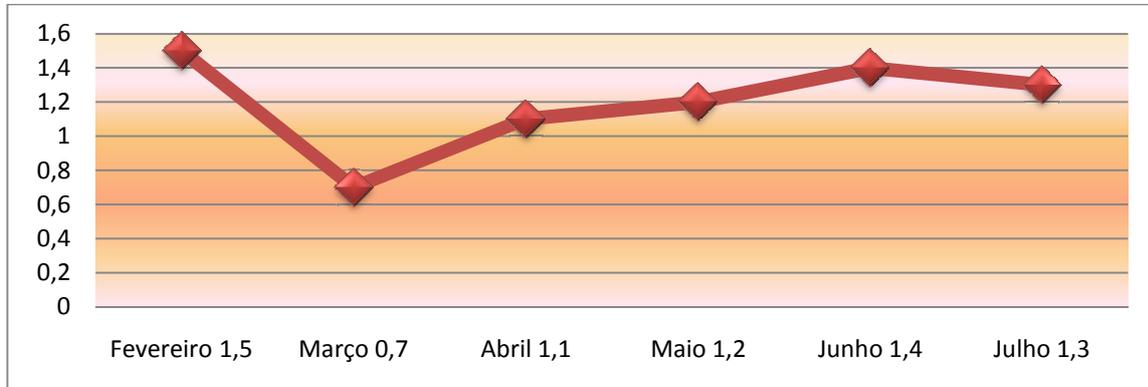


Figura 1 - Gráfico com média mensal do nível de água do poço entre os meses de fevereiro a julho.

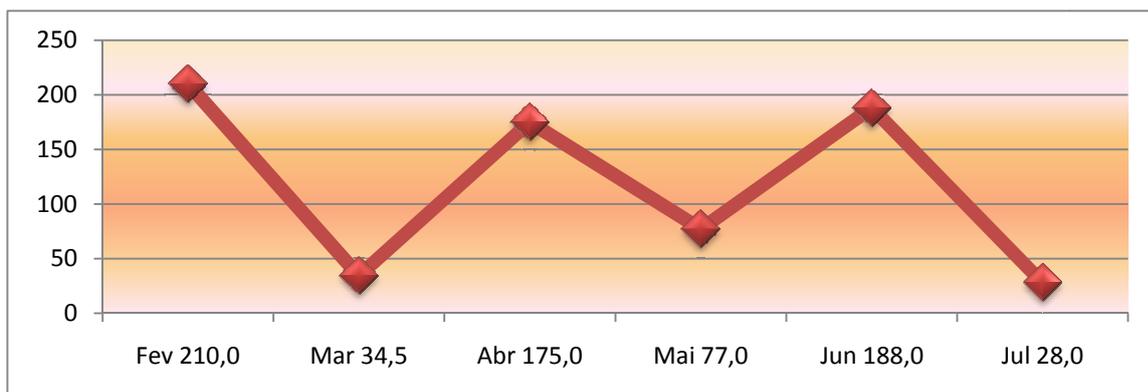


Figura 2 - Gráfico com total de precipitação acumulados entre os meses de fevereiro a julho.

Diante dos resultados apresentados, foi possível observar variações no nível de água do poço ao longo dos seis meses analisados, porém, as alterações críticas observadas foram relacionadas à superexploração do recurso hídrico subterrâneo local.

De acordo com os dados de precipitação e nível de água do poço (Figura 1 e 2) é possível indicar que a precipitação teve notável relação com o abastecimento do lençol freático e consequentemente na variação do nível de água do poço, pois as variações eram momentâneas e o poço sempre voltava a apresentar o nível de água anterior. A superexploração ficou evidente após os cuidados tomados a partir do mês de abril com a extração do recurso hídrico de forma correta, quando o nível de água no poço deixou de apresentar oscilações críticas.

Referências bibliográficas

BUCKUP, L. **A Monocultura com Eucalipto e a Sustentabilidade**. Porto Alegre, Março, 2006. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/artigos-e-revistas/A_Monocultura_com_Eucaliptos_e_a_Sustentabilidade.pdf>, acessado em: 12 de fev. de 2012.

MORA, A. L. & GARCIA, C. H. **A Cultura do Eucalipto no Brasil**. São Paulo, 2000. Disponível em:< http://www.ipef.br/publicacoes/a_cultura_do_eucalipto_no_Brasil/ >, acessado em: 05 Abr. de 2012.

VITAL, M. H. F. **Impacto Ambiental de Florestas de Eucalipto**. In Revista do BNDES, Rio de Janeiro, V. 14, N. 28, P. 235-276, Dez. 2007. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev2808.pdf>, acessado em: 11 de Abr. de 2012.



WWW.UEMS.BR/EVENTOS/SEMGEO